



# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS | 2025**

---

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D´AVE**

---

**Riba D´Ave, 27 de março de 2026**





## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. ATIVIDADES DA MESA ADMINISTRATIVA E COMISSÃO EXECUTIVA.....</b>	<b>4</b>
<b>3. ANÁLISE GLOBAL E SETORIAL.....</b>	<b>6</b>
3.1 UNIDADES FUNCIONAIS DA SCM RIBA D'AVE.....	7
3.1.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA	
3.1.2 UNIDADE DE INTERNAMENTO DE CUIDADOS CONTINUADOS	
3.1.3 UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA	
3.1.4 CIDIFAD	
3.2 DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS DA SCM RIBA D'AVE.....	18
3.2.1 GABINETE DE RECURSOS HUMANOS	
3.2.2 GABINETE DO UTENTE E APOIO JURÍDICO	
3.2.3 DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIDADE	
3.2.4 SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E DIETÉTICA	
3.2.5 GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM	
3.2.6 SERVIÇO DE INFORMÁTICA	
3.2.7 GABINETE DE TRANSPORTES	
<b>4. ATIVIDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D'AVE.....</b>	<b>26</b>
4.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA	
4.2 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS, UNIDADE DE CUIDADOS PALIATIVOS E SIM	
4.3 CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM	
<b>5. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....</b>	<b>29</b>
5.1 RESULTADOS	
5.2 UNIDADES FUNCIONAIS	
5.3 BALANÇO	
5.4 INVESTIMENTOS	
5.5 FUNDO DE MANEIO	
5.6 RECURSOS HUMANOS	
5.7 RÁCIOS	
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>7. PROPOSTAS.....</b>	<b>44</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>46</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....</b>	<b>75</b>
<b>PARECER DO DEFINITÓRIO.....</b>	<b>79</b>

78  
Lauco  
78



## 1. INTRODUÇÃO

Nos termos do *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Ave* (SCM Riba D'Ave), nomeadamente do determinado na alínea e) do artigo 27.º do aludido documento, vem a Mesa Administrativa da SCM Riba D'Ave apresentar à Assembleia Geral o Relatório de Atividades referente ao ano de 2025.

A Mesa Administrativa submete também à Assembleia Geral a apreciação e a aprovação das contas relativas ao mesmo período, colocando à disposição dos Irmãos todos os elementos que considerem necessários à formulação de um criterioso juízo sobre as mesmas.



## 2. ATIVIDADES DA MESA ADMINISTRATIVA E COMISSÃO EXECUTIVA

Ao longo do ano de 2025, através de reuniões com a Comissão Executiva, a Mesa Administrativa acompanhou todas as atividades da SCM Riba D’Ave e das respetivas Unidades Funcionais, tendo uma atenção especial às análises económicas e financeiras para, deste modo, assumir decisões bem informadas e sustentadas, assim como monitorizar o Plano de Atividades e Orçamento aprovado para que, caso surgissem desvios, este fossem devidamente justificados.

A Mesa Administrativa e a Comissão Executiva, embora conscientes do impacto financeiro resultante da atualização dos vencimentos, não deixaram de priorizar as condições laborais dos trabalhadores que, mesmo encontrando-se acima dos valores previstos na Tabela Salarial da União das Misericórdias Portuguesas, resultante do Contrato Coletivo de Trabalho, viram os seus vencimentos atualizados de acordo com a capacidade da instituição de modo que não colocasse em causa a sua sustentabilidade e o orçamento previsto.

Depois de em 2024 ter sido protocolado o Acordo com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) para sessenta camas de *Longa Duração e Manutenção* no Centro de Investigação, Formação e Acompanhamento das Demências (CIDIFAD), o ano de 2025 marca o início da atividade da *Unidade de Cuidados Paliativos*, resposta social de vinte camas também integrada na Rede. Aguardamos, porém, pelos Acordos para *Unidade de Dia e Promoção da Autonomia* que, com o apoio do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), foi distinguida como o melhor da região do Vale do Ave, e pela ampliação de vinte e oito camas da Unidade de *Longa Duração e Manutenção*.

No que diz respeito à *Casa Conde de Riba D’Ave*, a Mesa Administrativa e a Comissão Executiva da SCM Riba D’Ave continuaram a avaliar soluções e projetos que possam beneficiar de financiamentos oriundos do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Portugal 2030 para, sem colocar em causa a arquitetura, a estrutura, a história e a área verde envolvente, garantir a rentabilização do imóvel.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'FC' at the bottom.

Ainda nas atividades da Mesa Administrativa e da Comissão Executiva, destacam-se, como habitualmente, a participação nos seguintes encontros e reuniões:

- i) Assembleia-Geral da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) para aprovação do Relatório e Contas 2024 e para aprovação do Plano de Atividades e Orçamento 2026;
- ii) Presença na reunião do Secretariado Regional de Braga da UMP;
- iii) Presença, em Braga, no encontro das Misericórdia da Diocese, com o Sr. Arcebispo D. José Cordeiro;
- iv) Reunião com os Órgãos Sociais da SCM Riba D'Ave, para, em prol da melhoria de desempenho da Mesa Administrativa e da Comissão Executiva, partilhar e debater a evolução da instituição;
- v) Reuniões com a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão para, ao abrigo do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU), do PRR e do Portugal 2030, avaliação das opções a implementar na *Casa Conde de Riba D'Ave* e para ampliação do *Serviço de Internamento Cirúrgico* do Hospital Narciso Ferreira;
- vi) Presença na procissão em honra de São Pedro, realizada em Riba D'Ave, no âmbito das Festas de São Pedro;
- vii) Presença na procissão em honra da Nossa Senhora do Rosário, realizada em Riba D'Ave;
- viii) Participação da procissão do *Ecce Homo*, realizada em Braga, no âmbito das celebrações da Semana Santa;
- iv) Receção à Sra. Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, em visita às instalações do Hospital Narciso Ferreira;
- x) Preparação do Contrato para a nova *Unidade de Cuidados Paliativos* e da *Unidade de Dia e Promoção da Autonomia*, inauguradas em dezembro de 2024, com a presença do Sra. Ministra da Saúde, Ana Paula Martins.



### 3. ANÁLISE GLOBAL E SETORIAL

Em 2025, é de realçar a elevada atividade do *Serviço Cirúrgico* que, pela segunda vez na história da instituição, superou as sete mil cirurgias. Para este registo, foi decisivo o integral cumprimento do Contrato-Programa, assim como crescimento de cirurgias no âmbito do Programa Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (Programa SIGIC) e da complementaridade cirúrgica com as Unidades Locais de Saúde (ULS) do Alto Ave, Médio Ave e Braga.

Ao longo do ano, foi importante a continuidade do *Serviço de Internamento de Medicina* com a ULS Alto Ave, tendo sido disponibilizadas dezoito camas para utentes agudos e vinte e uma camas para utentes crónicos a aguardar colocação na Rede Nacional de Cuidados Continuados, bem como a manutenção de Protocolos com diferentes ULS para a realização de consultas de especialidade, meios complementares de diagnóstico e terapêutica e do *Centro de Atendimento Clínico*.

Já no CIDIFAD, verifica-se que o novo Acordo para vinte camas de *Cuidados Paliativos*, aliadas às sessenta camas de *Longa Duração e Manutenção*, foram muito importantes para o reforço da sustentabilidade económica e financeira da unidade funcional.

Verifica-se também, da análise efetuada ao *Centro Infantil de Pevidem* (CIP), que os indicadores e resultados se mantêm em elevados patamares, o que demonstra uma gestão muito equilibrada e ajustada às necessidades das famílias com crianças, conduzindo a que se tivesse abdicado do *Centro de Atividades de Tempos Livres* (ATL) para alargamento da resposta da *Creche* a mais dezasseis crianças.

Continuamos a salientar o bom desempenho, em particular da área hospitalar, de todas as Unidades Funcionais da SCM Riba D´Ave, garantindo um papel preponderante e fulcral nos resultados sociais atingidos pela instituição e contribuindo para a manutenção do seu crescimento e reforço da sua sustentabilidade.



#8  
Joaquim  
FL

### 3.1 UNIDADES FUNCIONAIS DA SCM RIBA D'AVE

#### 3.1.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA

O Hospital Narciso Ferreira manteve uma trajetória sólida de continuidade na sua ação, alinhado com a idiossincrasia da SCM Riba D'Ave e com a estratégia nacional para os cuidados de saúde, sem descuidar a qualidade, a segurança, o respeito pelos utentes, pelos colaboradores e pelas orientações emanadas pela tutela.

Foi um ano de esforço para todos na continuidade, inovação e crescimento da atividade, do Programa SIGIC e do cumprimento do Contrato-Programa em vigor. Manteve-se um olhar atento na melhoria contínua dos cuidados prestados, eixo de aposta forte e segura de todas as unidades de saúde para resposta ao Plano de Emergência na Saúde delineado pela tutela.

Promoveu-se o reforço da segurança, da eficiência e do modelo de trabalho interativos, dinâmicos e pluridisciplinares, nas responsabilidades e intervenções dos coordenadores dos serviços clínicos e da Direção Técnica do Hospital Narciso Ferreira. O sentimento de pertença e de contributo dos colaboradores tiveram um papel importante e de destaque na solidificação da instituição.

Os coordenadores de serviço e os grupos de trabalho multidisciplinares contribuíram para soluções de melhoria sistemática nas diversas áreas e para apoio à gestão de topo da SCM Riba D'Ave na sua tomada de decisão.

Com base nestes pressupostos, cumpre-nos, agora, Direção Técnica e coordenadores, rever, avaliar e justificar as medidas do Plano de Atividades 2025, na consolidação de boas práticas no Hospital Narciso Ferreira e na agregação das sinergias, enquadradas nos princípios assumidos pela SCM Riba D'Ave.

Tendo por base a metodologia seguida em anos anteriores, pretende-se neste relatório dar conta do grau de cumprimento atingido ao longo do último ano das metas e objetivos traçados em cada serviço do Hospital Narciso Ferreira.

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

#### OBJETIVOS E METAS GLOBAIS ATINGIDAS

- Reforçar a cultura de segurança para todos os colaboradores e utentes.
- Cumprir com os planos definidos pela tutela para a área da saúde.
- Estabelecer planos setoriais e prioridades de melhoria aos projetos lançados em curso.
- Alargar a capacidade de resposta em cuidados de saúde.
- Melhoria da Acessibilidade, Qualidade, Segurança e Satisfação nos Cuidados, assentes numa abordagem, transetorial e interdisciplinar.
- Contribuir para o reforço do papel útil e inovador do modelo de gestão, contribuindo para a estratégia organizacional.

#### DIREÇÃO TÉCNICA

- Gabinete Consulta a Tempo e Horas | Gestão, acompanhamento, monitorização e triagem de pedidos de consulta. Abertura e atualização de agendas médicas para 2025.
- Gabinete de Codificação Clínica | Acompanhamento e apoio à codificação clínica.
- Responsável de Acesso à Informação | Pedidos de relatórios médicos e informações clínicas pelos utentes e entidades externas.
- Gabinete do Utente e Apoio Jurídico | Apoio ao tratamento de reclamações.
- Acompanhamento, gestão e monitorização da produção cirúrgica, consultas e meios complementares de diagnóstico e terapêutica.
- Acompanhamento, gestão e monitorização do Contrato-Programa com a ACSS, IP.
- Supervisão clínica das atividades hospitalares.
- Promoção da melhoria contínua a todos os níveis da prestação e desempenho dos serviços e departamentos clínicos, bem como de todos os colaboradores médicos, enfermeiros e técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica (TSDT).
- Mapeamento e operacionalização de agendamentos e agendas de consulta externa das diversas especialidades médicas para 2025.
- Mapeamento e operacionalização de agendamentos de blocos operatórios para 2025.
- Melhorar o módulo dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) - “Exames sem papel”.



78  
Luis  
FR.

- Promover e colaborar na melhoria e atualização contínua da documentação clínica de suporte à atividade dos profissionais.
- Acompanhar os processos de auditorias externas para o próximo ano e promover as melhorias que delas venham a ser identificadas.
- Reforçar a cultura de segurança clínica na instituição e as metas definidas pela Organização Mundial de Saúde.
- Apresentar os resultados dos Indicadores do Hospital e do Contrato-Programa.

#### SERVIÇO DE ATENDIMENTO PERMANENTE

Manteve-se a necessidade para:

- Formalizar o protocolo da Triagem de Prioridades já implementada com o Grupo Português de Triagem.
- Promover reuniões trimestrais com todas as áreas, enfermeiros, assistentes operacionais, TSDT e assistentes administrativos, por forma a encontrar soluções que permitam eliminar alguns problemas e contribuir para a constante melhoria dos serviços prestados.

#### BLOCO OPERATÓRIO

- Realizadas mais duzentas e vinte e duas cirurgias do que em 2024, devido, principalmente, aos Acordos de Cooperação com as ULS Alto Ave, Médio Ave e Braga.

#### CONSULTA EXTERNA

- Sensibilizada a classe de enfermagem para o cumprimento dos horários de agenda de consultas.
- Zelado o cumprimento dos regulamentos internos e legislação em vigor.

#### SERVIÇO DE IMAGIOLOGIA

- Implementadas a intervenção por eco e radioscopia.
- Codificação e envio para *Central de Atendimento ao Utente* da “preparação” para os diversos exames.

#### UNIDADE DE AMBULATÓRIO DE GASTROENTEROLOGIA

- O Plano de Atividades foi sendo concretizado ao longo do ano de acordo com o previsto tendo sido atingidos alguns dos objetivos propostos.



- A rentabilização da capacidade instalada irá ser exponenciada ao máximo dentro do agendamento - segunda-feira a sábado das 08:00 às 20:00 horas - para que as solicitações sejam satisfeitas num período de tempo inferior a três semanas.

#### **UNIDADE DE MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO**

- Ficou por concluir a instauração de reuniões trimestrais com médicos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, terapeutas da fala, administrativas, assistentes operacionais, para debate de problemas e soluções.

#### **SERVIÇO DE INTERNAMENTO CIRÚRGICO**

- O ano de 2025 demonstrou ser mais um ano intenso, com bastantes cirurgias realizadas no âmbito do Contrato-Programa, Programa SIGIC, cirurgias no âmbito da Tabela Social da SCM Riba D´Ave, acordos com outras ULS, seguros e subsistemas de saúde, tendo passado pelo *Serviço de Internamento e Cirúrgico* sete mil cento e trinta e oito utente, ultrapassando em duzentos e vinte e dois o anterior ano.

#### **3.1.2 UNIDADE DE INTERNAMENTO DE CUIDADOS CONTINUADOS**

A Unidade está integrada na RNCCI, exercendo a sua atividade em articulação com outros serviços, sendo constituída pelas tipologias de *Convalescença, Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção*.

O ano de 2025 tinha como principais objetivos a melhoria da sua taxa de ocupação, tendo a realidade demonstrado uma significativa estabilização na ordem dos 95,4%.

Embora os doentes admitidos na Unidade permanecem, no mínimo, trinta dias na *Convalescença*, noventa dias na *Média Duração* e por tempo indeterminado na *Longa Duração*, estes prazos nem sempre são cumpridos, fruto, principalmente, devido a *prorrogações sociais*, ou seja, doentes sem critérios clínicos para se manterem internados, mas que têm critérios sociais para o mesmo.

#### **ATIVIDADES**

- Diminuir incidência de quedas dos utentes.
- Assegurar um atendimento individual de acordo com necessidades específicas de cada utente e família.



- Incentivar a participação dos utentes e familiares no processo de saúde.

### 3.1.3 UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA

#### CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM

No final do ano, frequentavam o *Centro Infantil de Pevidém* 194 crianças, distribuídas pelas duas valências sociais existentes na instituição.

Na resposta da *Creche*, em dezembro de 2025, estavam inscritas 104 crianças, mas apenas 96 frequentavam, com a Segurança Social a participar cada criança com um valor mensal de 515,90 €.

Já no *Pré-Escolar*, frequentavam 99 crianças com Acordo com a Segurança Social, sendo uma das crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE). A Segurança Social participa cada criança com um valor de 208,05 €. Destas crianças, 22 foram acompanhadas na instituição em Terapia da Fala e duas foram acompanhadas pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva. A média das mensalidades pagas pelos pais foi de 131,19 €, o que representou um aumento de 10,75 € em relação da média do ano de 2024.

A resposta *Centro de Atividades de Tempos Livres* foi encerrada para abrir uma nova sala de *Creche*.

#### ATIVIDADES

As atividades pedagógicas em sala são ajustadas à faixa etária e às necessidades das crianças, tendo em consideração as normas de funcionamento da *Creche* e às orientações curriculares do Ministério da Educação relativas ao ensino *Pré-Escolar*.

Durante o ano letivo, as avaliações foram realizadas por semestre, seguindo as orientações para cada valência, tendo sido enviadas por e-mail aos pais e encarregados de educação.

As *atividades curriculares* de educação física e de educação musical, bem como as *atividades extracurriculares* de patinagem, inglês, dança e Legolândia, foram realizadas ao longo do ano.

No âmbito das atividades planeadas e realizadas, o Projeto Educativo foi um elemento estruturante e transversal.



No ano letivo 2024/2025 e 2025/2026, o tema do projeto foi "*À Descoberta das Profissões - As Profissões*", visando promover o conhecimento das diferentes profissões e contribuir para a consciencialização dos papéis sociais, da diversidade profissional e da importância do trabalho coletivo, envolvendo as crianças e a comunidade educativa.

#### DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A divulgação das atividades junto das famílias e da comunidade foi privilegiada através dos meios digitais da instituição, nomeadamente pela troca de informações via e-mail, telefone, Facebook e caderneta eletrónica.

#### IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA HACCP

Deu-se continuidade à implementação do sistema *Hazard Analysis And Critical Control Point* (HACCP), de modo a garantir a segurança alimentar e a serem cumpridos na íntegra os normativos legais em vigor.

Foram efetuadas auditorias e desenvolveu-se formação com as colaboradoras que desempenham funções na cozinha.

#### AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E OBRAS DE REMODELAÇÃO

Em 2025 o *Centro Infantil de Pevidém* recebeu a verba de 10.000 € da Câmara Municipal de Guimarães com o intuito de adquirir duas unidades de ar-condicionado, garantindo melhores condições de conforto térmico nas salas, e à compra de brinquedos e materiais lúdico-pedagógicos para as valências de *Creche* e *Pré-Escolar*, contribuindo para o bem-estar e desenvolvimento das crianças.

#### PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

Ao longo do ano de 2025, os profissionais realizaram seis ações de formação, num total de 345 horas. O formato da formação foi presencial com o intuito de melhorar e de desenvolver a sua prática pedagógica.

#### **PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS**

Programa financiado pela União Europeia em que a SCM Riba D´Ave recebe uma compensação financeira mensal de 3,31 €/beneficiário para a distribuição de produtos alimentares a famílias em



João  
71

situação de vulnerabilidade, combatendo a insegurança alimentar e promovendo o bem-estar das famílias mais desfavorecidas, mas com capacidade de armazenamento e capazes de confeccionar as suas refeições.

Em Riba D´Ave foram doados 39.507 produtos alimentares a 1.383 beneficiários, de 681 famílias, e apoiadas 97 pessoas através da modalidade de cartões pré-carregados, sistema que tem como objetivo a autonomia da gestão do orçamento mensal

Em Pevidém foram doados 56.092 produtos alimentares a 2.398 beneficiários, de 1.102 famílias, e apoiadas 154 pessoas através da modalidade de cartões pré-carregados.

#### **PROGRAMA DE EMERGÊNCIA ALIMENTAR | CANTINA SOCIAL**

A *Cantina Social* agrega pessoas mais vulneráveis no que concerne às suas competências e recursos domésticos para confeccionarem as suas refeições.

Em Riba D´Ave, durante o ano de 2025, foram referenciadas duas novas situações. Ao longo dos anos a *Cantina Social de Riba D´Ave* sempre atingiu o seu limite máximo de refeições protocoladas sendo que, o número no presente ano foi de doze refeições diárias, tendo sido entregues um total de 5.365 refeições no ano. A área de residência mais apoiada é a freguesia de Oliveira de São Mateus, com 50%.

Em Pevidém, a equipa técnica apoiou um total de cinco agregados, sendo a área mais apoiada as freguesias de Selho São Jorge e Selho São Cristóvão, com 40%.

#### **PROJETO 65+**

A SCM Riba D´Ave, desde 2015 e em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães, dinamiza o *Projeto 65+* para apoio a pessoas com idade igual, ou superior, a 65 anos e que, no concelho de Guimarães, se encontrem a residir sós ou em situação de fragilidade. A SCM Riba D´Ave, como gestora pela área de Selho São Jorge, acompanha, neste momento, quatro idosos com intuito de intervir na promoção dos seus direitos, proteção social e proporcionar o acesso a serviços e a recursos sociais na comunidade.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the top right corner of the page.

### **REDE SOCIAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E DE GUIMARÃES**

O serviço psicossocial da SCM RIBA D´Ave, em parceria com entidades locais de âmbito público e privado, tem um papel participativo na Rede Social do Município de Famalicão e no Município de Guimarães, junto da Comissão Social Inter-Freguesias (CSIF) e da Comissão Local de Ação Social (CLAS). Esta parceria tem o intuito de reunir as várias sinergias para delinear um plano de desenvolvimento social local, com base no diagnóstico das necessidades da população que integram os dois concelhos, tendo a SCM Riba D´Ave participado numa reunião.

### **ACOMPANHAMENTO E INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL NA UCC**

O objetivo prende-se com a necessidade de garantir o acompanhamento humanizado aos utentes e suas famílias. Esta área de intervenção visa, não apenas, responder às necessidades emocionais, sociais e psicológicas dos doentes, mas também facilitar a sua adaptação ao processo de reabilitação nas diferentes tipologias: *Unidade de Convalescença*, *Unidade de Média Duração e Reabilitação* e a *Unidade de Longa Duração e Manutenção*.

É elaborado um plano de intervenção individual de cuidados multidisciplinar, cujo serviço psicossocial intervém em função das necessidades e do novo contexto de doença/dependência, capacitando e orientando as famílias para a continuidade dos cuidados no pós-alta que garantam a segurança e a qualidade de vida dos utentes.

Em 2025 foram acompanhados 305 utentes em *Convalescença*, 109 em *Média Duração* e 32 em *Longa Duração*.

Todas as reuniões e intervenções refletem-se em registos/avaliações nas plataformas Gestcare e SClínico, traduzindo-se em 915 registos na *Unidade de Convalescença*, 327 registos na *Unidade de Média Duração* e 62 registos na *Unidade de Longa Duração*.

Importa, ainda, ressaltar que são realizados contactos com as famílias que não passíveis de se monitorizar, pois existe a necessidade de organizar transportes para consultas, o preenchimento de documentação obrigatória nas alterações de tipologias, pedidos de aproximação do domicílio, pedidos de prorrogações sociais e clínicas e declarações de internamento.



#8  
Luz  
JY  
A.

Foram realizadas 56 reuniões com familiares em Equipa Multidisciplinar, 205 reuniões com familiares e o Serviço Psicossocial e 24 reuniões mensais com a Equipa Coordenadora Local.

### AVALIAÇÕES SOCIOECONÓMICAS

O Serviço colabora em situações que carecem de avaliação socioeconómica, nomeadamente para pedidos de isenção de taxas de internamento, assim como situações de dívida à instituição.

Em 2025 foram sinalizados quatro processos, tendo-se procedido ao atendimento dos utentes e realizadas as respetivas avaliações socioeconómicas que, quando aplicável, são articulados com os Serviços Sociais Locais.

#### 3.1.4 CIDIFAD

O Centro de Investigação, Diagnóstico, Formação e Acompanhamento das Demências, projeto concretizado da Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Ave, entrou em funcionamento em 2022 com o intuito de se destacar na área dos cuidados à pessoa com demência (PcD), pela inovação na abordagem destas pessoas e suas famílias/cuidadores, numa lógica de continuidade, desde o diagnóstico precoce ao apoio no luto, pela intervenção de uma equipa interdisciplinar capacitada e motivada para prestar apoio diferenciado e diferenciador a todos os que procuram os seus cuidados.

No ano de 2024, sem a regulamentação para a prestação de cuidados na área da demência, foi inaugurada uma *Unidade de Longa Duração e Manutenção*, com capacidade para receber 60 doentes, na perspetiva de rentabilizar o espaço e a equipa, sem, no entanto, perder o foco na pessoa com demência.

Atualmente, além *Unidade de Longa Duração e Manutenção*, com 60 camas doentes, dispomos de 23 camas para doentes de retaguarda de RNCCI provenientes da ULS Alto Ave, e 5 camas para pessoas com demência em regime social. Recentemente, no dia 7 de outubro de 2025, procedemos à abertura da *Unidade de Cuidados Paliativos*, com capacidade para 20 utentes, e aguardamos a indicação para a abertura de 28 camas de *Longa Duração e Manutenção*, que substituirão as camas de retaguarda e os internamentos sociais, e 25 vagas em *Unidade de Dia e Promoção de Autonomia*.



O ano de 2025 colocou grandes desafios à equipa do CIDIFAD e em 2026 avizinham-se tempos ainda mais desafiantes e complexos.

### **SERVIÇO DE INTERNAMENTO**

No ano 2025 o CIDIFAD deu resposta a internamentos de diferentes tipologias:

- Tabela Social da SCM Riba D´Ave | Pessoas com demência, reabilitação ou agudos;
- Retaguarda do Serviço Nacional de Saúde | Utentes agudos ou a aguardar alocação em RNCCI ou em ERPI;
- Regime RNCCI | *Unidade de Longa Duração e Manutenção*;
- Regime Rede Nacional de Cuidados Paliativos | *Unidade de Cuidados Paliativos*.

No total, o CIDIFAD contabilizou 290 internamentos de diferentes tipologias, registando 24.903 diárias, numa média de 85 dias/internamento.

### **CONSULTAS DE AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR**

Mantiveram-se, no decurso de 2025, as consultas de avaliação multidisciplinares (CAMD). Estas consultas, compostas pela avaliação de seis profissionais distintos (médico psiquiatra, médico fisiatra, neuropsicólogo, terapeuta ocupacional, nutricionista e assistente social) tinham como objetivo a avaliação integral da PcD e o estabelecimento do respetivo Plano Individual Integrado de Cuidados, onde se propõe à família a tipologia de resposta mais adequada ao utente, bem como todo o programa terapêutico a implementar.

No decurso do ano 2025 foram realizadas apenas seis consultas de avaliação multidisciplinar, uma vez que, dada a iminência da abertura de 28 camas de *Unidade de Longa Duração e Manutenção* no espaço dos AT1 e AT2, a possibilidade de internamentos nesta tipologia foi suspensa.

### **CONSULTA EXTERNA**

Além das CAMD, decorreram consultas externas de Medicina Interna/Doente complexo (19), Neurologia (133) e Psiquiatria (214). No total, foram realizadas no CIDIFAD 372 consultas, ao longo de 2025.



### PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO NEURO-COGNITIVA

Foram dinamizadas sessões individuais estruturadas, focadas na reabilitação e manutenção de domínios como a memória, atenção, linguagem e funções executivas. Paralelamente, implementaram-se programas de estimulação cognitiva, em contexto de ambulatório, dirigidos a utentes não internados, visando a continuidade terapêutica e a mitigação do declínio funcional, em estreita articulação com a rede de cuidadores informais.

Ao nível grupal, as sessões de estimulação integraram metodologias de orientação para a realidade, reminiscência, ludoterapia cognitiva e terapia pela música, fomentando a interação sociorelacional, a autoperceção da eficácia e a preservação de capacidades remanescentes, promovendo o envelhecimento ativo e a integração social.

## **3.2 DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS DA SCM RIBA D´AVE**

### **3.2.1 GABINETE DE RECURSOS HUMANOS**

Em 2025, as atividades do Gabinete de Recursos Humanos (GRH) da SCM Riba D´Ave estão em linha com as orientações definidas e com as metas estabelecidas no Plano de Atividades.

As atividades desenvolvidas privilegiaram o equilíbrio entre as exigências operacionais e uma gestão sustentável, uma vez que os recursos humanos representam, simultaneamente, o maior custo e o maior valor acrescentado da instituição.

As principais dificuldades de 2025 prenderam-se com o absentismo e à rotatividade dos profissionais que, neste caso, continua a ser justificado pela forte política de recrutamento no setor público.

Assim, tendo em conta que a atividade do GRH é transversal a todas as Unidades Funcionais e valências da instituição, juntamente com as Direções Técnicas e coordenadores, foram desenvolvidas ações no sentido de minimizar o absentismo, bem como promover a fixação dos profissionais.

Das normais atividades desenvolvidas pelo Gabinete, destacam-se:

- Monitorização da satisfação dos colaboradores;
- Execução do processo de avaliação de desempenho;
- Monitorização dos horários e cumprimentos dos procedimentos legais;
- Desenvolvimento de formação e integração de novos colaboradores;
- Continuidade do Plano de Formação, com implementação de sistema de avaliação de quatro níveis: Reação, Aprendizagens, Comportamento e Resultados;
- Definição de estratégias e programação de ações, que contribuiram para uma maior eficácia da gestão, aproveitamento de recursos, maior envolvimento e participação dos colaboradores;
- Monitorização das práticas administrativas dos recursos humanos;
- Análise e acompanhamento de situações específicas de trabalhadores.



### CONTRATAÇÕES/CESSAÇÕES

No que diz respeito a admissões e cessações dos contratos de trabalho, é de salientar:

- A contratação de trinta profissionais;
- A celebração de contratos de substituição para dar resposta às ausências de longa duração;
- A cessação de setenta e cinco contratos de trabalho dos quais, sessenta e nove por iniciativa do trabalhador e seis por reforma;
- A 31 de dezembro 2025, o número total de funcionários do quadro era de 488 efetivos.

### 3.2.2 GABINETE DO UTENTE E APOIO JURÍDICO

Na prossecução dos anos anteriores, a atividade do Gabinete do Utente e Apoio Jurídico (GUAJ) assentou na gestão de reclamações e, essencialmente, em evitar exposições registadas, promovendo um diálogo com os utentes e uma resolução das situações que assim o exigem.

Numa lógica de continuidade, o GUAJ realizou formações sobre questões legais inerentes ao bom funcionamento dos diversos serviços, emitiu pareceres e monitorizou os procedimentos inerentes ao cumprimento do *Regulamento Geral de Proteção de Dados* e, sempre que solicitado, prestou apoio em situações que careciam de um parecer jurídico.

Por último, no âmbito dos processos de *Maior Acompanhado*, o GUAJ manteve todas as dinâmicas e atividades que salvaguardam os direitos e interesses dos utentes a quem foi judicialmente decretado o papel de *Acompanhante* à SCM Riba D'Ave.

Por último, uma vez que o Gabinete agrega a figura de Encarregado da Proteção de Dados (*Data Protection Officer*) da SCM Riba D'Ave, foi desenvolvida toda a atividade inerente ao cumprimento da proteção de dados pessoais, nomeadamente com a elaboração de documentos, monitorização de procedimentos, elaboração de pareceres e formação sobre o tema.

### 3.2.3 DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIDADE

A partir do mês de outubro, a reestruturação dos recursos humanos alocados ao Departamento de Investigação e Formação do CIDIFAD deu lugar ao novo Departamento de Investigação, Formação e Qualidade da SCM Riba D'Ave.

## INVESTIGAÇÃO

Relativamente às atividades realizadas, entre outubro e dezembro de 2025, e na continuidade dos trabalhos que vinham a ser realizados, foram executadas todas as atividades de acompanhamento dos projetos em curso, ou em concurso, e foram iniciadas algumas iniciativas com vista à criação de valor para a SCM Riba D´Ave.

Dada a amplitude de ações e projetos, apresentamos, de forma resumida, os seus aspetos fundamentais.

### **Test Bed - Inovação Tecnológica em Cuidados de Saúde (ITeCS) | Winning**

O consórcio TestBed - ITeCS foi constituído com o objetivo de promover o desenvolvimento tecnológico de soluções na área da saúde digital para produtos que se encontrem numa *Technology Readiness Level* (TRL) acima de 5 e que teriam, após a execução da validação em ambiente real, subir, no mínimo, um valor.

Neste projeto, as atividades realizadas pela SCM Riba D´Ave são de dois âmbitos, nomeadamente a cedência de instalações e a disponibilização de utentes e profissionais para testagem dos produtos concebidos pelos parceiros tecnológicos, e a gestão dos projetos piloto.

#### **Elementos-Chave do projeto:**

	Contrato Inicial	Renegociação Contratual
<b>Término</b>	Dezembro 2025	Junho 2026
<b>Valor</b>	35 mil euros	105 mil euros

### **INNOV4LIFE | INTERREG Espanha - Portugal**

Seguindo protocolos de base científica, de soluções digitais focadas nas demências e de degeneração cognitiva, o INNOV4LIFE é a primeira iniciativa para a criação de uma rede transfronteiriça de *LivingLabs* especializados em saúde digital e a disponibilizar serviços de validação em ambiente real.

#### **Elementos-Chave do projeto:**

	Contrato Inicial
<b>Término</b>	Agosto 2026
<b>Valor</b>	<u>110 mil euros</u>


**DEDUC | Instituto Politécnico do Porto**

Este projeto tem como âmbito a criação de um curso de formação *Cursos Abertos e Massivos* (MOOC) na área da demência. A participação da SCM Riba D'Ave centra-se no apoio ao desenvolvimento de conteúdos para o referido curso.

**Elementos-Chave do projeto:**

	Contrato Inicial
<b>Término</b>	Dezembro 2028
<b>Valor</b>	55 mil euros

**Projeto EXOCARE**

Tem como objetivo o desenvolvimento de modelos de exoesqueletos de baixo custo, tendo como objetivo a melhoria da qualidade dos cuidados e a prevenção de lesões laborais.

**Elementos-Chave do projeto:**

	Contrato Inicial
<b>Término</b>	Dezembro 2026
<b>Valor</b>	35 mil euros

O último trimestre de 2025 correspondeu a uma fase marcada por mudanças estruturais no Departamento de Investigação, Formação e Qualidade. As atividades desenvolvidas permitiram assegurar a continuidade das funções essenciais do Departamento, minimizar impactos decorrentes das alterações mencionadas, maximizar a valorização dos projetos em curso e criar condições para uma nova fase de consolidação e desenvolvimento.

**FORMAÇÃO**

No Plano de Formação do Centro de Formação Contínua (CFC), foram agendadas 23 ações de formação, em diferentes áreas temáticas, mas destas apenas 14 foram executadas ao longo do ano.

Num total de 31 edições das 14 ações de formação, 28 foram dirigidas aos colaboradores da SCM Riba D'Ave e 3 dirigidas a colaboradores de Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) do concelho de Santo Tirso e à Associação AS.

Ao longo do ano foram desenvolvidos dois cursos em parceria com a empresa de formação Apthus, nomeadamente o curso de *Cuidados Paliativos* e a formação em *Comunicação e Gestão de Conflitos*.

A ação de formação com maior número de edições foi o curso de *Cuidados Paliativos*, com 7 edições, seguindo-se a *Suporte Básico de Vida Adulto com DAE*, com 5 edições, e o *Suporte Básico de Vida Adulto*, com 4 edições.

No ano 2025, o volume de formação total foi de 6.093 horas.

Ação de Formação	Ano 2025					
	Nº de edições	%	Nº total de formandos	%	Volume de formação (h)	%
Suporte Básico de Vida Adulto	4	12,9%	20	6,1%	80	1,3%
Suporte Básico de Vida Adulto com DAE	5	16,1%	24	7,4%	168	2,8%
Suporte Básico de Vida Pediátrico	3	9,7%	22	6,7%	88	1,4%
Plano de Emergência e Medidas de Autoproteção	1	3,2%	16	4,9%	32	0,5%
Construindo uma Rede Transfronteiriça para a Saúde Digital	1	3,2%	13	4,0%	39	0,6%
Gestão Integrada de Resíduos Hospitalares	1	3,2%	25	7,7%	25	0,4%
<i>Journal Club</i>	1	3,2%	14	4,3%	14	0,2%
Educar pela Positiva	1	3,2%	15	4,6%	45	0,7%
Segurança Transfusional	1	3,2%	7	2,1%	7	0,1%
Reprocessamento de Endoscópios	1	3,2%	7	2,1%	14	0,2%
Curso Cuidados Paliativos	7	22,6%	78	23,9%	3900	64,0%
Comunicação e Gestão de Conflitos	2	6,5%	27	8,3%	675	11,1%
Curso Cuidados na Demência (ext.)	2	6,5%	45	13,8%	850	14,0%
Estimulação Cognitiva e Sensorial no Envelhecimento (ext.)	1	3,2%	13	4,0%	156	2,6%
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100%</b>	<b>326</b>	<b>100%</b>	<b>6093</b>	<b>100%</b>

A avaliação da atividade formativa desenvolvida em 2025 demonstra a consolidação do trabalho realizado nos anos anteriores, mantendo-se resultados globalmente positivos nos principais



#8  
 J. J. J.  
 Fl.

indicadores de desempenho. O número de ações realizadas, o volume de horas de formação e o total de colaboradores abrangidos mantiveram-se em linha com o ano anterior, evidenciando estabilidade no planeamento e execução do plano de formação.

Os níveis de satisfação dos formandos e formadores permaneceram elevados, confirmando a manutenção dos padrões de qualidade pedagógica e organizacional das ações promovidas pelo CFC. As melhorias estruturais implementadas, nomeadamente ao nível da organização documental e dos processos associados à certificação pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (D-GERT), continuam a refletir-se muito positivamente no funcionamento interno da atividade formativa.

Em síntese, o ano de 2025 caracterizou-se pela consolidação dos processos implementados, pela manutenção dos níveis de qualidade e reforço da capacidade de resposta às necessidades organizacionais. Os desafios identificados constituem oportunidades de melhoria contínua, orientando a definição de estratégias futuras que promovam maior adesão, otimização de recursos internos e o fortalecimento da cultura formativa da instituição.

#### 3.2.4 SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E DIETÉTICA

Em 2025, o Serviço de Alimentação e Dietética continuou a ter a seu cargo as ementas do Hospital Narciso Ferreira, do Centro Infantil de Pevidém e do CIDIFAD, tendo sido dada continuidade à gestão do desperdício dos consumos necessários a todas as Unidades.

Ao longo do ano, foi mantido o sistema *Hazard Analysis and Critical Control Point* (HACCP), implementado no Hospital, no Centro Infantil e no CIDIFAD, com a renovação do contrato com a empresa OrtigaQual para a realização das análises microbiológicas.

#### 3.2.5 GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Ao longo do ano foi promovida a execução de diversos itens digitais, como assinaturas institucionais, *flyers*, *banners* e capas.

No Facebook, o número de seguidores das páginas da instituição teve um crescimento de 8%, com especial destaque para a da *SCM Riba D´Ave*, ao qual não serão alheias as cirurgias no âmbito do Programa SIGIC que promovem a procura de informação da instituição.

Ao longo do ano foram divulgadas noventa e nove publicações, com um total de quatrocentas e sessenta e seis mil visualizações.

### **3.2.6 SERVIÇO DE INFORMÁTICA**

Em 2025, no trabalho desenvolvido pelo Serviço de Informática, destacou-se:

- a) Monitorização das tentativas de ataques cibernéticos. Registadas 2,6 tentativas a cada semana, representado um aumento de 73% face ao ano anterior;
- b) Execução da migração para a nova versão do ERP Cegid Evolution;
- c) Ajuste tecnológico das tabelas de preços internas e convencionadas;
- d) Processo de melhoria contínuo do sistema MedApp (antigo i-medical) para armazenamento e disponibilização de imagens para o exterior;
- e) Apoio na integração de novos sistemas de apoio à RM Cardíaca, TC Cardíaco, Mamografia e Uretrocistoscopia;
- f) Apoio na adaptação tecnológica do novo Serviço de Cardiologia e Pneumologia;
- g) Integração nas diferentes plataformas de apoio ao SNS para uma célere e segura comunicação clínica e administrativa resultante dos protocolos assumidos pela SCM Riba D´Ave;
- h) Participação no *Datalake - Saúde em Portugal*, projeto dinamizado pelos SPMS;
- i) Apoio ao início do projeto de implementação do serviço de gravação de chamadas telefónicas;
- j) Apoio à implementação do sistema *Sip Trunk* na Central Telefónica da instituição;
- k) Contacto, junto dos SPMS, para a possibilidade, via Rede de Informação da Saúde (RIS), da prescrição eletrónica de Anatomias Patológicas de Gastrenterologia;
- l) Início do processo de Ativação do SIMH 2.0.

### **3.2.7 GABINETE DE TRANSPORTES**

O Gabinete de Transportes da SCM Riba D´Ave assegura o transporte de utentes, mercadorias e correspondência entre as valências da Misericórdia, entre a Instituição e o exterior e vice-versa,



sendo-lhe exigido o planeamento e a execução de diferentes deslocações que promovam uma gestão eficaz e racional dos recursos disponíveis.

Durante o ano foram organizados cento e cinquenta e um transportes pós-operatórios para o domicílio de utentes do Programa SIGIC, sendo dada prioridade à utilização de transportes públicos em detrimento dos recursos da instituição, o que resultou numa poupança na ordem dos 2.2 mil euros.

A adoção deste modelo depende de um conjunto de critérios previamente definidos, nomeadamente o consentimento da equipa médica, a estabilidade clínica do utente e a existência de apoio familiar no destino, sendo cada situação objeto de avaliação individualizada por parte dos serviços envolvidos.

Sempre que o transporte é realizado por comboio, é solicitado o apoio do *Serviço Integrado de Mobilidade* disponibilizado pela CP - Comboios de Portugal. Este serviço assegura o acompanhamento especializado de passageiros com necessidades específicas, garantindo apoio no embarque, durante a viagem e no desembarque, contribuindo para uma deslocação segura e confortável para o utente.

Para além do impacto positivo na otimização dos recursos financeiros, importa, igualmente, salientar o *feedback* muito positivo manifestado pelos utentes, o que reforça a pertinência da continuidade desta prática nos próximos anos.

#### 4. ATIVIDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D´AVE

##### 4.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA

A atividade do Hospital Narciso Ferreira pode ser observada no seguinte quadro:

	2023	2024	2025
Serviço de Atendimento Permanente	61 558	61 269	65 126
Intervenções Cirúrgicas	5 827	6 916	7 138
Consultas Externas	77 545	78 214	74 978
Exames Complementares de Diagnóstico	94 571	87 091	86 026
Tratamentos de Fisioterapia	390 117	361 782	308 826
<b>TOTAL</b>	<b>629 618</b>	<b>595 272</b>	<b>542 094</b>

Fig. 1 - Atividade do Hospital Narciso Ferreira

À semelhança do ano anterior, a quebra nos *Exames Complementares de Diagnóstico* e nos *Tratamentos de Fisioterapia* resulta da menor emissão de requisições médicas (P1) por parte dos Centros de Saúde. Este facto resulta da transferência de responsabilidades da extinta Administração Regional de Saúde do Norte para as novas Unidades Locais de Saúde, conduzindo a que estas priorizem a capacidade instalada interna, em detrimento do Setor Convencionado. Ainda no caso dos *Tratamentos de Fisioterapia*, devemos considerar a quebra no número de terapeutas como fator à sua redução.

Pela positiva, constatou-se uma forte procura do Serviço Cirúrgico do Hospital Narciso Ferreira, tendo sido alcançado o segundo mais elevado número de cirurgias realizadas na instituição. Este crescimento é explicado pela elevada atividade realizada no âmbito do Programa SIGIC e de protocolos com as ULS Alto Ave, Médio Ave e Braga.

Ainda de realçar os sessenta e cinco mil episódios de urgência, o mais alto de sempre, para os quais contribuíram os protocolos de *Centro de Atendimento Clínico* assumidos com as ULS Alto Ave e Médio Ave.

##### 4.2 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS, UNIDADE DE CUIDADOS PALIATIVOS E SERVIÇO INTERNAMENTO MÉDICO

Na *Unidade de Cuidados Continuados* do Hospital Narciso Ferreira, verificou-se um crescimento do número de diárias global, tendo garantido a manutenção de uma taxa de ocupação média de



95% nas tipologias de *Convalescença, Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção*.

Já na *Unidade de Cuidados Continuados* do CIDIFAD, 2025 marca o primeiro ano completo do Serviço, sendo de realçar a taxa de ocupação que ao longo do período foi de 98%.

Relativamente à *Unidade de Cuidados Paliativos*, o ano marca o início da sua atividade com a assinatura do Contrato-Programa para a disponibilização de vinte camas, garantindo, em apenas dois meses de funcionamento, que fosse atingida uma taxa de ocupação de 69%.

No que ao *Serviço de Internamento de Medicina* diz respeito, realce para o apoio que, através das ULS Alto Ave e Médio Ave, foi mantido ao longo do ano ao Serviço Nacional de Saúde, cumprindo a sua posição de colaboração, parceria e complementaridade com o Estado. Esta disponibilidade garantiu o internamento de 421 utentes agudos e de 229 utentes crónicos, através de 5.290 e 8.666 diárias, respetivamente.

Tipo de Valência	Dias de Internamento		
	2023	2024	2025
Longa Duração	5 085	4 766	5 055
Média Duração	8 812	8 375	8 834
Convalescença	9 637	9 329	9 671
CIDIFAD	21 868	22 066	24 577

Fig. 2 - UCC/UCP/SIM

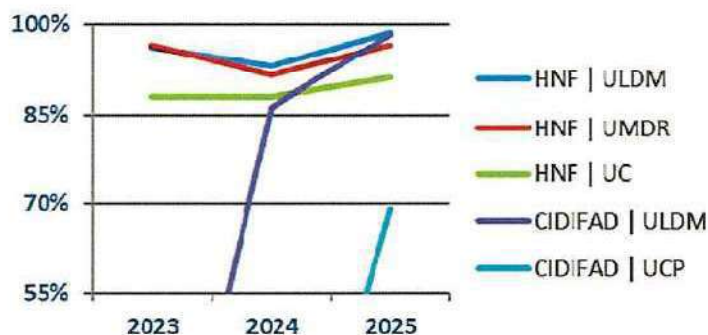


Fig. 3 - Taxa de Ocupação UICC

FS  
S. Green  
Fl.

### 4.3 CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM

No Centro Infantil de Pevidém mantem-se a estabilização no número de crianças inscritas nas valências com Acordo com o Instituto da Segurança Social, registando-se noventa e seis em *Creche* e noventa e nove em *Pré-Escolar*, o que garante taxas de ocupação de 89% e 100%, respetivamente.

Já o *ATL*, valência do CIP sem acordo com a Segurança Social, em articulação com a Direção Técnica da UISE e face à atual necessidade social, decidiu-se pelo seu encerramento para que fosse constituída uma nova sala de *Creche* para mais dezasseis bebés e crianças.

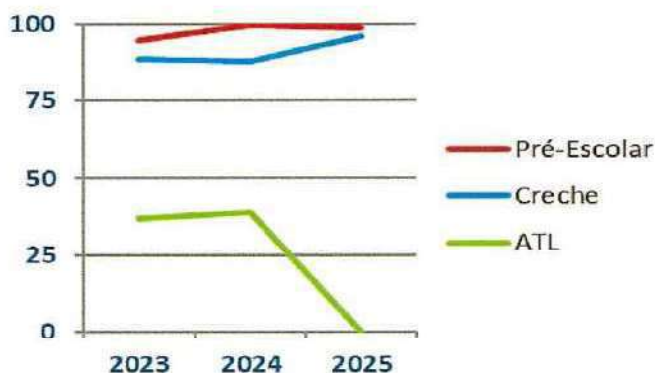


Fig. 4 - Inscrições CIP



## 5. INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

### 5.1 RESULTADOS

Do ano de 2025 ressaltam as duas grandes rubricas de *Rendimentos* e de *Despesas*:

	2023	2024	2025
Rendimentos	23 081 249 €	25 339 888 €	27 020 617 €
Despesas	22 967 001 €	24 849 929 €	26 859 683 €
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>114 247 €</b>	<b>489 959 €</b>	<b>160 934 €</b>
Evolução dos Rendimentos	2,35%	9,79%	6,63%
Evolução das Despesas	2,07%	8,20%	8,09%

Fig. 5 - Resultado Líquido Anual

Com um volume de *Rendimentos* de 27 milhões de euros, o ano de 2025 registou o mais elevado valor alguma vez alcançado pela SCM Riba D'Ave e, pelo quinto ano consecutivo, reforça o seu crescimento económico médio anual de 7,1%. Em 2025, no entanto, o incremento de 6,6% dos *Rendimentos* fica aquém do avanço da *Despesa* que, fruto da progressão das tabelas salariais, da atualização dos honorários e da evolução do preço da energia, originou um aumento de 2.010 mil euros, o que representa um recuo na eficiência da instituição.

Com um Contrato-Programa igual ao dos anos anteriores, a performance dos *Rendimentos* resultou, fundamentalmente, da forte atividade cirúrgica do Hospital Narciso Ferreira, a mais elevada da instituição desde 2019, do alargamento do *Serviço de Internamento de Medicina* e do início da nova *Unidade de Cuidados Paliativos* do CIDIFAD.

Ao nível das *Despesas*, tal como supracitado, verifica-se, não só, um crescimento dos custos que resultaram do aumento da atividade e das prestações sociais, nomeadamente ao nível das *Compras*, mas também da aplicação da Tabela Salarial da União das Misericórdias Portuguesas, anexa ao Contrato Coletivo de Trabalho subscrito pela SCM Riba D'Ave, pela atualização dos honorários aos prestadores e pelo aumento do preço da eletricidade e do gás.

Os pontos descritos resultaram, assim, em *Despesas* de 24.860 mil de euros e *Rendimentos* de 27.021 mil de euros, originado um *Resultado Líquido* de 160.934 €.

	2023	2024	2025
Prestação de Serviços	22 617 809 €	24 901 409 €	26 394 195 €
<b>Volume de Negócios</b>	<b>22 617 809 €</b>	<b>24 901 409 €</b>	<b>26 394 195 €</b>
Compras	2 578 966 €	3 020 135 €	3 278 569 €
Forn. Serv. Externos	2 624 728 €	2 241 868 €	2 879 965 €
Encargos com Pessoal	15 441 848 €	16 771 459 €	17 742 573 €
<b>EBITDA</b>	<b>1 972 267 €</b>	<b>2 867 947 €</b>	<b>2 493 088 €</b>
Depreciações	1 402 748 €	2 328 025 €	2 347 592 €
Provisões	334 000 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	463 440 €	438 479 €	626 422 €
Outros Gastos	584 712 €	488 442 €	610 984 €
<b>Resultado Líquido</b>	<b>114 247 €</b>	<b>489 959 €</b>	<b>160 934 €</b>

Fig. 6 - EBITDA

	2023	2024	Orç. 2025	2025	Δ Orç. (%)
Rendimentos	23 081 249 €	25 339 888 €	25 303 172 €	27 020 617 €	6,79%
Despesas	22 967 001 €	24 849 929 €	24 827 822 €	26 859 683 €	8,18%
<b>Meios Libertos</b>	<b>1 850 995 €</b>	<b>2 817 984 €</b>	<b>2 801 527 €</b>	<b>2 508 526 €</b>	<b>-10,46%</b>
Depreciações	1 402 748 €	2 328 025 €	2 326 177 €	2 347 592 €	0,92%
Provisões	334 000 €	0 €	0 €	0 €	n/a
Investimentos	1 300 550 €	454 360 €	733 918 €	133 009 €	-81,88%
<b>Meios Libertos Líquidos</b>	<b>550 446 €</b>	<b>2 363 624 €</b>	<b>2 067 609 €</b>	<b>2 375 517 €</b>	<b>14,89%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>114 247 €</b>	<b>489 959 €</b>	<b>475 350 €</b>	<b>160 934 €</b>	<b>-66,14%</b>

Fig. 7 - Meios Libertos

Embora com um orçamento que perspetiva um desempenho semelhante ao do anterior período, os protocolos firmados, ainda em 2024, com a ULS Médio Ave, e, já em 2025, com as ULS Alto Ave e Braga, projetaram a atividade da SCM Riba D´Ave para um volume de rendimentos 1.7 milhões de euros acima do previsto, representando uma evolução de 6,8%.

Este desempenho, porém, foi amplamente superado pelo crescimento da *Despesa* que, face ao orçamento, evoluiu 8,2% e limitou os *Meios Libertos* a 2.5 milhões de euros. Este valor, no entanto, é essencial para o cumprimento das prestações resultantes dos investimentos concretizados pela instituição nos últimos quinze e que ascendem a 35 milhões de euros.



*Handwritten signature and initials*

Como se pode verificar, apesar da estabilização das *Depreciações*, o *Resultado Líquido* e os *Meios Libertos* são fortemente penalizados pelo aumento de *Despesa* não diretamente indexada ao nível de atividade da instituição.

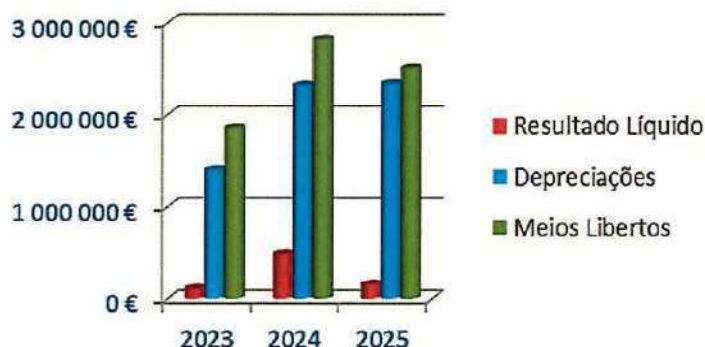


Fig. 8 - Evolução dos Resultados

### 5.1.1 RENDIMENTOS

Relativamente aos *Rendimentos*, podemos estabelecer as seguintes comparações:

Rendimentos	2024	Orç. 2025	2025	Δ 24/25 (%)	Δ Orç./25 (%)
Cirurgias	11 995 818 €	11 326 688 €	12 359 039 €	3,03%	9,11%
CIDIFAD	3 253 220 €	4 346 256 €	4 009 023 €	23,23%	-7,76%
UCCI	2 647 117 €	2 709 142 €	2 687 489 €	1,53%	-0,80%
Consultas	1 695 297 €	1 397 240 €	1 494 487 €	-11,85%	6,96%
MCDT	1 593 151 €	1 546 090 €	1 802 089 €	13,11%	16,56%
SAP	1 535 856 €	1 523 409 €	1 797 888 €	17,06%	18,02%
Fisioterapia	1 225 008 €	1 202 861 €	1 190 318 €	-2,83%	-1,04%
Centro Infantil	956 646 €	1 025 474 €	1 108 115 €	15,83%	8,06%
Outros	437 775 €	226 012 €	572 169 €	30,70%	153,16%
<b>TOTAL</b>	<b>25 339 888 €</b>	<b>25 303 172 €</b>	<b>27 020 617 €</b>	<b>6,63%</b>	<b>6,79%</b>

Fig. 9 - Rendimentos

Quando comparado com o período homólogo, é visível o acentuado crescimento do *CIDIFAD* em resultado do alargamento de vinte e uma camas ao *Serviço de Internamento* a doentes crónicos da ULS Alto Ave. Pela negativa, destaca-se a rubrica *Consultas* que, em 2024, beneficiou de um acordo focado na recuperação da lista de espera de oftalmologia da ULS Médio Ave.

FS  
 J. J. J.  
 P.

Na variação orçamental, constatamos o significativo impacto do adiamento dos Acordos para a *Unidade de Cuidados Paliativos*, apenas concretizado durante o mês de outubro, e da *Unidade de Dia e Promoção de Autonomia*, o que resultou numa variação negativa de 7,8%. Já no Hospital Narciso Ferreira, é de realçar a variação dos *Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica*, em particular da *Radiologia, Cardiologia e Pneumologia*, bem como das *Cirurgias* e do *SAP*, fruto dos protocolos realizados com as ULS Alto Ave, Médio Ave e Braga.

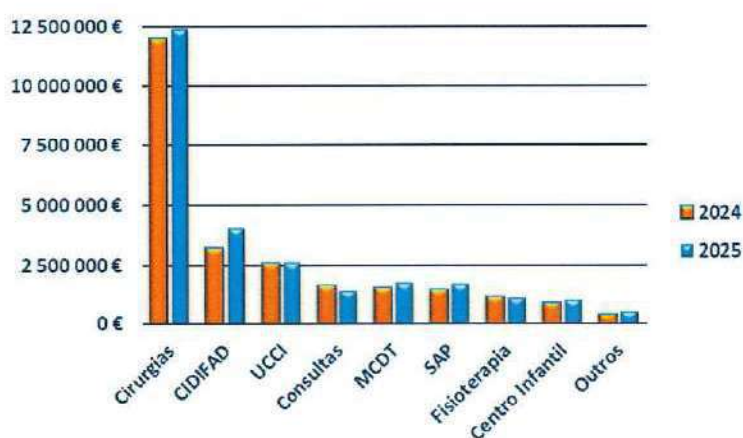


Fig. 10 - Rendimentos

### 5.1.2 DESPESAS

Relativamente às *Despesas*, constatamos o seguinte:

Despesas	2024	Orç. 2025	2025	Δ 24/25 (%)	Δ Orç./25 (%)
Pessoal	9 858 672 €	10 314 241 €	10 865 706 €	10,21%	5,35%
Prestadores	6 912 788 €	6 476 170 €	7 252 399 €	4,91%	11,99%
Compras	3 020 135 €	3 109 302 €	3 278 569 €	8,56%	5,44%
Depreciações	2 328 025 €	2 326 177 €	2 347 592 €	0,84%	0,92%
Outros	432 834 €	178 640 €	534 171 €	23,41%	199,02%
Gastos Correntes	1 485 833 €	1 683 690 €	1 682 170 €	13,21%	-0,09%
Conservação	626 893 €	595 887 €	683 806 €	9,08%	14,75%
Subcontratos	184 749 €	143 714 €	215 270 €	16,52%	49,79%
<b>TOTAL</b>	<b>24 849 929 €</b>	<b>24 827 822 €</b>	<b>26 859 683 €</b>	<b>8,09%</b>	<b>8,18%</b>

Fig. 11 - Despesas



Se compararmos com o período homólogo, verifica-se uma variação da rubrica *Outros*, resultado do pagamento dos retroativos de 2024 depois de adotada a Tabela Salarial da União das Misericórdias Portuguesas ao Contrato Coletivo de Trabalho, bem como da correção de faturas de anos anteriores, em particular de resultantes do Programa SIGIC, posteriormente refaturadas pela instituição. Já nos *Gastos Correntes*, existe um aumento resultante do crescimento do consumo e dos preços da energia elétrica e do gás.

Olhando à execução orçamental, o aumento verificado na rubrica *Pessoal* surge do facto da Tabela Salarial da União das Misericórdias Portuguesas, nas diferentes categorias profissionais e na mesma proporção, ter assumido a atualização realizada no Salário Mínimo Nacional, e da liquidação a quatro assistentes administrativos que, no âmbito do processo judicial, não foram contemplados na caução realizada. O crescimento nas restantes rubricas advêm da evolução da atividade da instituição.

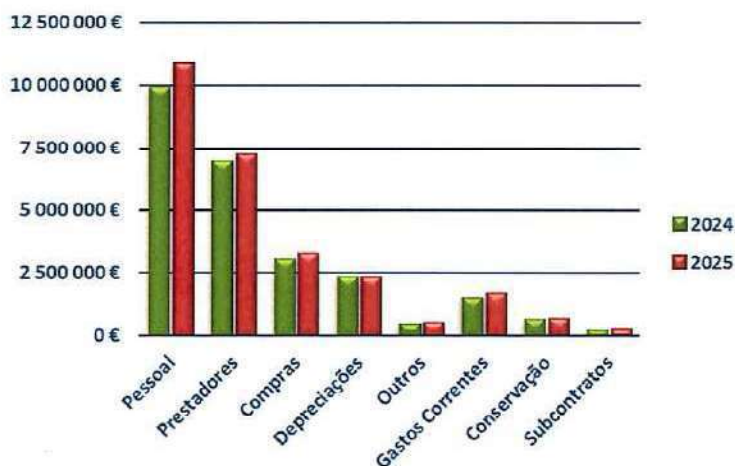


Fig. 12 - Despesas

*Handwritten signature and initials:*  
 Fg  
 S. C. M.  
 Riba D´Ave

## 5.2 UNIDADES FUNCIONAIS

### 5.2.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA / UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS

	2023	2024	2025
<b>Rendimentos</b>	<b>19 505 254 €</b>	<b>20 664 385 €</b>	<b>21 480 843 €</b>
Prestação de Serviços	19 095 626 €	20 391 587 €	21 144 956 €
Outros	409 628 €	272 798 €	335 887 €
<b>Despesas</b>	<b>18 676 055 €</b>	<b>19 157 383 €</b>	<b>20 261 136 €</b>
Encargos com Pessoal	12 533 214 €	12 948 826 €	13 640 541 €
Forn. Serv. Externos	2 153 702 €	2 163 792 €	2 322 731 €
Compras	2 151 475 €	2 553 915 €	2 777 107 €
Depreciações	1 091 520 €	1 107 573 €	1 128 622 €
Outros	746 144 €	383 277 €	392 135 €
<b>CONTRIBUTO</b>	<b>829 199 €</b>	<b>1 507 002 €</b>	<b>1 219 707 €</b>

Fig. 13 - Contributo HNF e UCC

Resultante do crescimento da atividade cirúrgica ao abrigo do Programa SIGIC e dos Protocolos com as ULS Alto Ave, Médio Ave, Braga, os *Rendimentos* do Hospital Narciso Ferreira representam 48,6% do aumento da faturação da instituição, resultando num *Contributo* de 1.219 mil euros na atividade social da SCM Riba D´Ave.

### 5.2.2 UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA

	2023	2024	2025
<b>Rendimentos</b>	<b>896 185 €</b>	<b>956 646 €</b>	<b>1 100 615 €</b>
Matrículas/Mensalidades	239 509 €	213 536 €	192 991 €
Comp. Segurança Social	632 670 €	698 483 €	838 936 €
Outros	24 006 €	44 627 €	68 688 €
<b>Despesas</b>	<b>850 430 €</b>	<b>899 512 €</b>	<b>1 035 885 €</b>
Encargos com Pessoal	665 976 €	705 909 €	743 442 €
Forn. Serv. Externos	79 939 €	86 859 €	88 514 €
Compras	55 800 €	63 679 €	83 021 €
Depreciações	36 784 €	37 250 €	36 849 €
Outros	11 931 €	5 815 €	84 059 €
<b>CONTRIBUTO</b>	<b>45 755 €</b>	<b>57 134 €</b>	<b>64 730 €</b>

Fig. 14 - Contributo UISE



Com um aumento dos *Rendimentos* de 15,1%, contrastando com um incremento das despesas de 15,2%, verifica-se um *Contributo* da Unidade Funcional de 64.7 mil euros, o que representa o melhor resultado de sempre da Unidade de Intervenção Social e Educativa.

Esta Unidade Funcional, além do Centro Infantil de Pevidém, incorpora a atividade resultante do Programa de Emergência Alimentar - Cantina Social e do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas.

### 5.2.3 CIDIFAD

	2024	2025
<b>Rendimentos</b>	<b>3 718 857 €</b>	<b>4 439 159 €</b>
Serviço Internamento	3 399 297 €	4 161 542 €
Ambulatório Demência	153 923 €	69 981 €
Outros	165 637 €	207 636 €
<b>Despesas</b>	<b>4 793 034 €</b>	<b>5 562 662 €</b>
Encargos com Pessoal	2 770 040 €	3 336 301 €
Forn. Serv. Externos	393 509 €	567 822 €
Compras	402 541 €	418 441 €
Depreciações	1 183 202 €	1 182 121 €
Outros	43 742 €	57 977 €
<b>CONTRIBUTO</b>	<b>-1 074 177 €</b>	<b>-1 123 503 €</b>

Fig.15 - Contributo CIDIFAD

O aumento dos *Rendimentos* resulta da estabilização da atividade do CIDIFAD, reforçada com o protocolo para a nova *Unidade de Cuidados Paliativos* e o alargamento do *Serviço de Internamento* a doentes crónicos da ULS Alto Ave. Do lado das *Despesas*, é visível o peso que as *Depreciações*, tal como o previsto, representam nos primeiros anos de atividade da Unidade, bem como o impacto da adoção da Tabela da União das Misericórdias Portuguesas, cuja atualização das diferentes categorias se regeu de acordo com o Salário Mínimo Nacional.

Embora com um *Contributo* negativo de 1.123 mil euros, em 2025 libertou meios na ordem dos 59 mil euros.

### 5.3 BALANÇO

	2023	2024	2025
<b>ATIVO</b>	<b>43 700 476 €</b>	<b>42 384 012 €</b>	<b>44 527 793 €</b>
Ativo Não Corrente	33 670 760 €	31 928 521 €	30 160 323 €
Ativo Corrente	10 029 716 €	10 455 491 €	14 367 470 €
Inventários	353 731 €	326 459 €	306 259 €
Dívidas de Terceiros	8 639 470 €	9 285 298 €	12 932 995 €
Meios Financeiros Líquidos	1 036 515 €	843 734 €	1 128 215 €
<b>PASSIVO</b>	<b>22 088 242 €</b>	<b>20 397 634 €</b>	<b>20 681 716 €</b>
Passivo Não Corrente	12 173 737 €	10 793 861 €	8 819 617 €
Passivo Corrente	9 914 505 €	9 603 773 €	11 862 099 €
Financiamento Externo	3 688 557 €	3 017 115 €	5 008 881 €
Fornecedores	1 626 681 €	1 822 574 €	1 896 333 €
Prestadores de Serviços	1 270 863 €	1 491 197 €	1 551 545 €
Outros	3 328 405 €	3 272 887 €	3 405 340 €
<b>PATRIMÓNIO</b>	<b>21 612 234 €</b>	<b>21 986 378 €</b>	<b>23 846 077 €</b>
Fundos Patrimoniais	21 497 987 €	21 496 420 €	23 685 143 €
Resultado Líquido	114 247 €	489 959 €	160 934 €

Fig. 16 - Balanço

No *Ativo Não Corrente*, com o decorrer do processo de depreciações do Hospital Narciso Ferreira e do CIDIFAD que, em 2025, foi de 2.311 mil euros, contabiliza-se o valor de 30.2 milhões de euros.

Já no *Ativo Corrente*, a rubrica *Dívidas de Terceiros* regista um crescimento de 39,3% resultante da elevada atividade cirúrgica fora do âmbito do Contrato-Programa e que, há semelhança dos anos anteriores, será liquidada no início do ano subseqüente.

No que diz respeito ao *Passivo*, é visível a amortização dos financiamentos que garantiram os investimentos da SCM Riba D´Ave no Hospital Narciso Ferreira, no CIDIFAD e na *Casa Conde de Riba D´Ave*, no montante de 2 milhões de euros.

Já o aumento do *Financiamento Externo | Corrente*, deriva, fundamentalmente, de um crescimento de 18% de recurso às contas caucionadas do Montepio Geral e do Banco BPI.



Relativamente ao peso da dívida, depois de, em 2024, se ter obtido uma redução de 15,2 pontos percentuais (PP), o ano termina com uma nova quebra de 4 PP, fixando a dívida em 76,54% do volume de rendimentos da SCM Ribadave. Embora muito positiva, esta evolução deverá ser mantida nos próximos anos, de modo a ser promovido um aumento da *Autonomia Financeira*, atualmente em 53,6%, o que se refletirá numa redução dos *Custos Financeiros*.

Embora o *Passivo* evidencie um aumento de 1,4%, este é largamente ultrapassado pelo crescimento do *Ativo* de 5,1%, permitindo à SCM Ribadave atingir o mais elevado valor de *Património Líquido* com 23.846 mil euros.

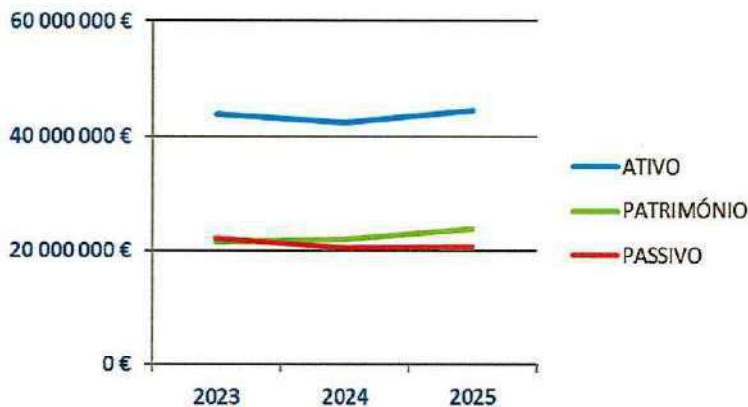


Fig. 17 - Evolução do Património

Depois de, em 2024, a *Situação Líquida* ultrapassar o *Passivo*, o ano de 2025 termina com esta posição reforçada o que, nos próximos anos, se perspetiva que venha a ter o devido seguimento.

## 5.4 INVESTIMENTOS

Através do seguinte quadro, observamos a evolução dos investimentos da SCM Ribadave:

	2023	2024	2025
Edifícios	993 226 €	18 191 846 €	0 €
Terrenos	0 €	0 €	0 €
Equipamento Diverso	145 309 €	345 837 €	148 003 €
Investimentos em Curso	162 015 €	-18 083 323 €	-14 994 €
<b>Total</b>	<b>1 300 550 €</b>	<b>454 360 €</b>	<b>133 009 €</b>

Fig. 18 - Investimentos

*Handwritten signature and initials.*

O ano ficou marcado pelo investimento na aquisição de um *Mamógrafo Digital Direta 3D | Tomossíntese*, para Radiologia, um *Microscópio Seeluma*, um sistema *ANTERION* e um *Retinógrafo* para Oftalmologia, e de um *Chiller* para o Edifício 4 do Hospital Narciso Ferreira.

### 5.5 FUNDO DE MANEIO

Apesar do significativo aumento de 23,1% do *Passivo Corrente*, o Fundo de Maneio beneficiou do forte avanço do *Ativo Corrente* de 37%, terminando o ano em 2.5 milhões de euros, perspetivando-se um reforço da sua firmeza e sustentabilidade.

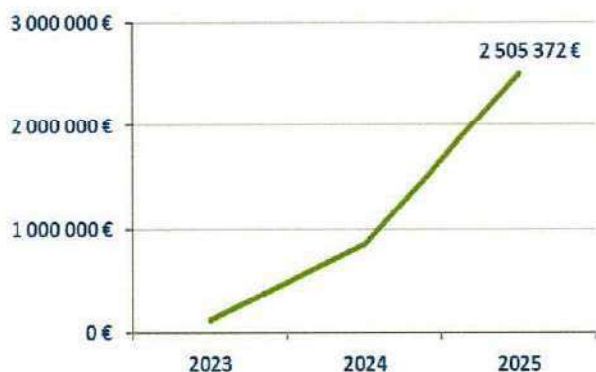


Fig. 19 - Evolução do Fundo de Maneio

### 5.6 RECURSOS HUMANOS

O ano terminou com 488 colaboradores do *Quadro* e, ao longo de 2025, prestaram serviço 471 trabalhadores independentes, totalizando um recorde de 959 elementos.

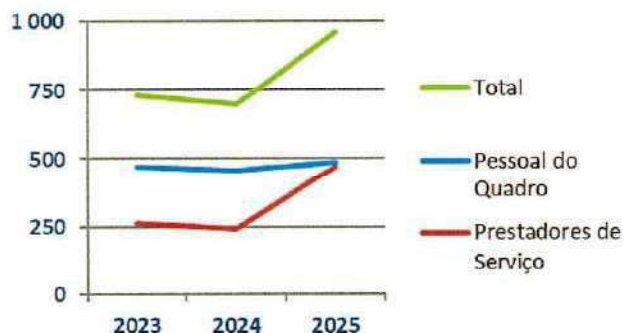


Fig. 20 - Evolução dos Recursos Humanos



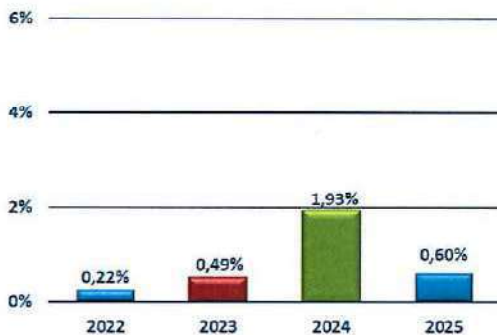
Depois de, em 2023, por motivo de reforma e de despedimento por iniciativa do trabalhador, ter sido possível colmatar 74% das saídas dos profissionais com recurso internos, e de, em 2024, este rácio ter recuado para 23%, era visível que o nível de recursos humanos na instituição se encontrava no limite.

Volvidos dois anos de recuo, necessários para a correção dos recursos humanos que, para cumprimento das exigências decorrentes do Serviço de Tratamento COVID-19, foram contratados, o ano de 2025, fruto do alargamento do *Serviço de Internamento de Medicina*, da abertura da *Unidade de Cuidados Paliativos* e do aumento da atividade do *Serviço Cirúrgico*, propiciou o aumento de novos enfermeiros e de auxiliares de ação médica.

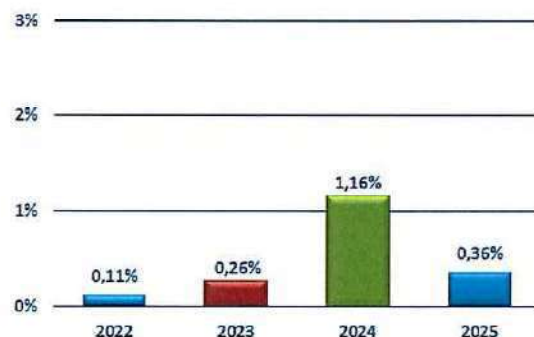
## 5.7 RÁCIOS

### 5.7.1 ECONÓMICOS

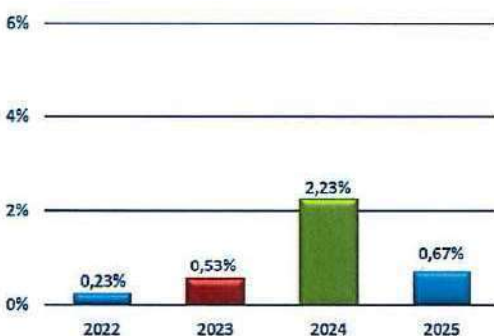
#### Rentabilidade



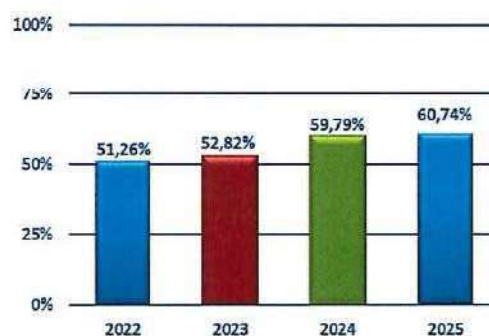
#### Retorno do Ativo



#### Retorno do Capital Próprio



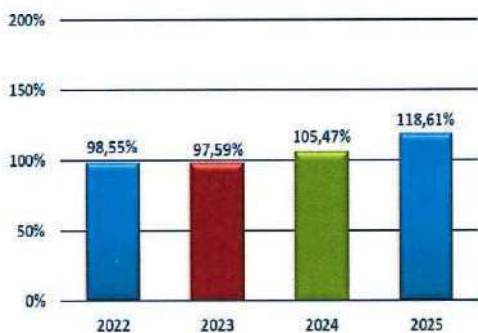
#### Rotação do Ativo



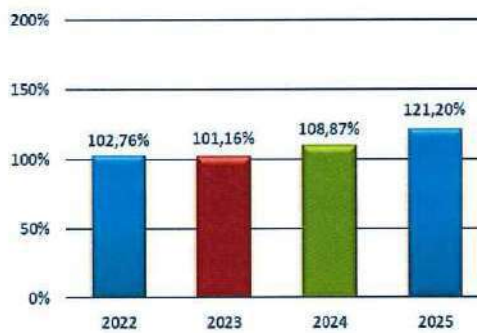
*Handwritten signature and initials*

### 5.7.2 FINANCEIROS

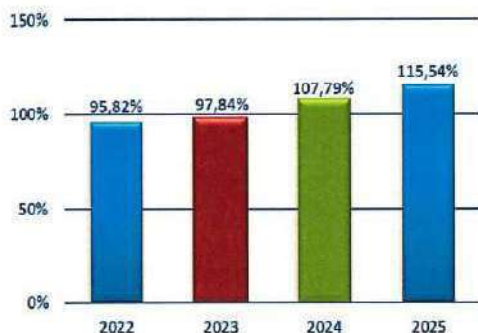
#### Liquidez Reduzida



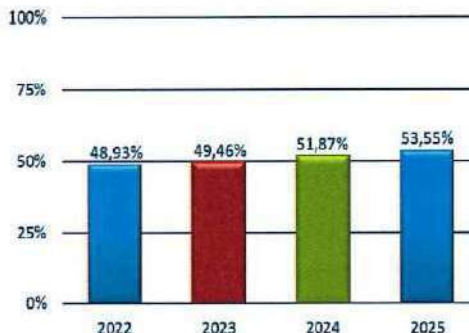
#### Liquidez Geral



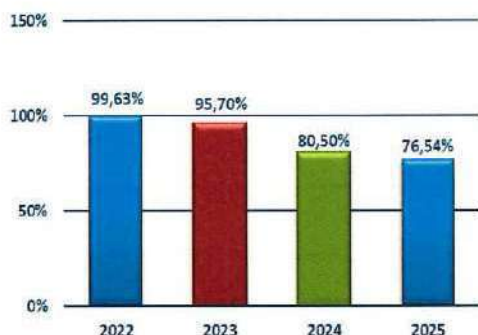
#### Solvabilidade



#### Autonomia Financeira



#### Peso da Dívida



#### Taxa de Juro Média

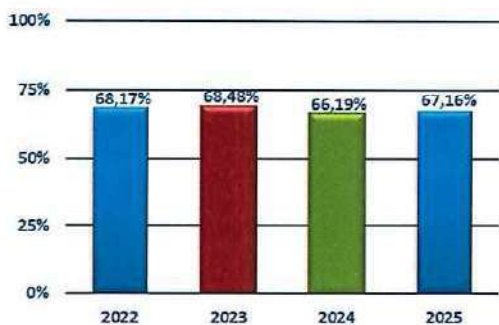




*Handwritten signature and initials*

5.7.3 OPERATIVOS

Peso Recursos Humanos



Fluxos de Tesouraria

(dias)





## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano que agora termina registará o nível de atividade da SCM Riba D´Ave e a aplicação da Tabela Salarial da União das Misericórdias Portuguesas como os dois grandes fatores ao apuramento dos resultados da instituição. Embora sendo já o segundo ano de aplicação da Tabela, a abrangência do número de trabalhadores foi determinante para a absorção dos mais elevados rendimentos alguma vez alcançados pela instituição e para a conseqüente minimização dos resultados, impossibilitando que fosse atingido o *Resultado Líquido* orçamentado.

De facto, o *Serviço Cirúrgico* do Hospital Narciso Ferreira, embora não atingido o número de intervenções registadas em 2019, pela segunda vez na sua história superou a barreira das sete mil cirurgias e, de forma decisiva, contribuiu para os mais altos rendimentos da SCM Riba D´Ave. Para este desempenho, foi ainda relevante a atividade realizada pelo *Serviço de Internamento de Medicina*, nas respostas a doentes agudos e doentes crónicos, bem como o início da atividade da *Unidade de Cuidados Paliativos*, encontrando-se agora em fase de protocolo a *Unidade de Dia e Promoção da Autonomia*.

O ano termina com a execução de projetos cujos resultados apenas se revelarão em 2026 e que beneficiarão, em particular, o *Centro Infantil de Pevidém*, com o alargamento da resposta social da *Creche*, e das *Unidades de Cuidados Continuados* do Hospital Narciso Ferreira e do CIDIFAD, cujas valências foram submetidas para apoio ao investimento ao abrigo do *Aviso n.º 26/C01-102/2025 - Requalificação de Lugares Existentes*, do Programa de Recuperação e Resiliência.

Continua a ser de realçar a extraordinária atividade social da SCM Riba D´Ave, consubstanciada nas prestações sociais desenvolvidas junto de quem nos procura e na empregabilidade e distribuição de rendimentos a setecentos colaboradores, assegurando, ainda, o exigível nível de *Meios Libertos* que suportam a estabilidade financeira da instituição e o cumprimento dos investimentos realizados.

Concluimos, assim, que a SCM Riba D´Ave continua a manter uma cuidada política de organização do trabalho, com as melhores condições para os seus funcionários e colaboradores, uma maior



diferenciação prestacional, uma boa *Autonomia Económica e Financeira* e a contínua capacidade para dar corpo ao cumprimento de indicadores de qualidade e de segurança dos utentes.

A SCM Riba D'Ave não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art.º 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa que a situação da instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

#8  
Luis  
99 41.

## 7. PROPOSTAS

1. Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas do período de 2025.
2. Que o Resultado Líquido obtido, positivo no valor de 160.934 €, seja mantido na conta de Resultados Transitados.
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os funcionários, colaboradores e Comissão Executiva da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave, pela meritória atividade desenvolvida ao longo do período.

Riba D´Ave, 12 de março de 2026

A Mesa Administrativa da SCM Riba D´Ave

Beacillo Libadta  
João Loureiro, Alvaro Carneiro  
José & Maria F  
Francisco Fernandes

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





## Índice

Balanço em 31 de dezembro de 2025 .....	47
Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2025 .....	48
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 .....	49
Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2025 .....	50
Anexo em 31 de dezembro de 2025.....	51

#8  
Ferreira  
9/9  
F.

## Balço em 31 de dezembro de 2025

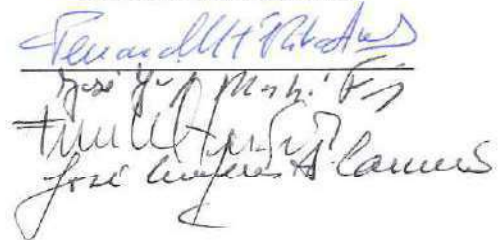
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2025	31-12-2024
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	30 106 443,34	31 865 419,28
Ativos intangíveis	5	13 676,88	23 656,10
Investimentos financeiros	6	40 203,21	39 445,45
Subtotal		30 160 323,43	31 928 520,83
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	306 258,61	326 459,09
Créditos a receber	8	6 463 371,67	5 642 786,16
Estado e outros entes públicos	9	12 991,76	13 553,02
Diferimentos	10	80 279,40	5 721,11
Outros ativos correntes	11	6 376 352,42	3 623 237,92
Caixa e depósitos bancários	12	1 128 215,39	843 734,41
Subtotal		14 367 469,25	10 455 491,71
<b>Total do Ativo</b>		<b>44 527 792,68</b>	<b>42 384 012,54</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	13	4 073 354,35	4 073 354,35
Reservas		-	36 132,88
Resultados transitados		16 405 118,64	16 362 091,29
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	14	3 206 669,81	1 024 841,21
Resultado líquido do período		160 933,56	489 958,97
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>23 846 076,36</b>	<b>21 986 378,70</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	334 000,00	334 000,00
Financiamentos obtidos	16	8 485 617,44	10 459 860,67
Subtotal		8 819 617,44	10 793 860,67
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17	3 265 916,48	2 534 431,55
Estado e outros entes públicos	9	539 915,48	471 182,78
Financiamentos obtidos	16	5 008 881,01	3 017 115,01
Diferimentos	10	37 944,94	102 339,96
Outros passivos correntes	18	3 009 440,97	3 478 703,87
Subtotal		11 862 098,88	9 603 773,17
<b>Total do passivo</b>		<b>20 681 716,32</b>	<b>20 397 633,84</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>44 527 792,68</b>	<b>42 384 012,54</b>

Riba D´Ave, 12 de março de 2026

O Contabilista Certificado, n.º 9602



A Mesa Administrativa



## Demonstração dos Resultados por Naturezas no período findo em 31 de dezembro de 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	19	26 426 834,24	24 901 409,26
Subsídios, doações e legados à exploração	20	97 153,74	103 616,78
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(3 278 568,79)	(3 020 134,92)
Fornecimentos e serviços externos	21	(9 756 831,08)	(9 154 655,22)
Gastos com o pessoal	22	(10 865 706,85)	(9 858 671,92)
Aumentos/reduções de justo valor	6 23	757,76	3 070,95
Outros rendimentos	24	495 863,39	331 791,23
Outros gastos	25	(375 592,71)	(118 971,69)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2 743 909,70</b>	<b>3 187 454,47</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 5	(2 347 592,39)	(2 328 024,85)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>396 317,31</b>	<b>859 429,62</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	26	7,66	-
Juros e gastos similares suportados	26	(235 391,41)	(369 470,65)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>160 933,56</b>	<b>489 958,97</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>160 933,56</b>	<b>489 958,97</b>

Riba D'Ave, 12 de março de 2026

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

*Manuela Lopes Reis*

A Mesa Administrativa

*Para M.ª Paula A. J.*  
*João José Malpica F.*  
*Franco A. S.*  
*Jose Lourenço da Silva*

## Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2025

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6	4 073 354,35	-	16 362 091,29	1 060 974,09	489 958,97	21 986 378,70	21 986 378,70
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	14	-	-	43 027,35	2 145 695,72	(489 958,97)	1 698 764,10	1 698 764,10
	7	-	-	43 027,35	2 145 695,72	(489 958,97)	1 698 764,10	1 698 764,10
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					160 933,56	160 933,56	160 933,56
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					160 933,56	1 859 697,66	160 933,56
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2025	6+7+8+10	4 073 354,35	-	16 405 118,64	3 206 669,81	160 933,56	23 846 076,36	23 846 076,36

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1	4 073 354,35	-	16 332 237,25	1 092 395,46	114 247,23	21 612 234,29	21 612 234,29
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	14	-	-	29 854,04	(31 421,37)	(114 247,23)	(115 814,56)	(115 814,56)
	2	-	-	29 854,04	(31 421,37)	(114 247,23)	(115 814,56)	(115 814,56)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					489 958,97	489 958,97	489 958,97
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					489 958,97	374 144,41	489 958,97
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2024	6=1+2+3+5	4 073 354,35	-	16 362 091,29	1 060 974,09	489 958,97	21 986 378,70	21 986 378,70

Riba D´Ave, 12 de março de 2026

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

*Manuel de Jesus*

A Mesa Administrativa

*Teodoro F. R. Azevedo*  
*Jose J. M. F. F. F.*  
*Franco*  
*João*

## Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividade operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		24 541 124,48	24 306 109,37
Pagamento a fornecedores		(13 144 049,74)	(11 796 055,15)
Pagamentos ao pessoal		(8 999 017,68)	(8 118 171,28)
Caixa gerada pelas operações		2 398 057,06	4 391 882,94
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		(1 669 321,11)	(1 900 673,33)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		728 735,95	2 491 209,61
<b>Fluxos de caixa das atividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	(675 631,38)	(270 694,78)
Ativos intangíveis	5		(15 485,70)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros	6		50 700,20
Subsídios ao investimento		558 141,90	-
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(117 489,48)	(235 480,28)
<b>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		10 516 500,00	14 291 000,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(10 532 843,21)	(16 228 788,35)
Juros e gastos similares		(310 422,28)	(510 721,84)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		(326 765,49)	(2 448 510,19)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		284 480,98	(192 780,86)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	843 734,41	1 036 515,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	1 128 215,39	843 734,41

Riba D´Ave, 12 de março de 2026

O Contabilista Certificado, n.º 9602

*Manuel de Jesus Torres*

A Mesa Administrativa

*Fernando F. R. Alves*  
*José J. P. P. P.*  
*Fernando F. R. Alves*  
*José J. P. P. P.*

## Anexo em 31 de dezembro de 2025

### 1. Identificação da Entidade

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave (SCM Riba D´Ave) é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com sede na Rua 25 de abril, freguesia de Riba D´Ave, concelho de Vila Nova de Famalicão e distrito de Braga. Instituída no ano de 1927, é uma associação de fiéis com personalidade jurídica, canónica e civil.

A Irmandade está reconhecida como IPSS, mediante participação escrita da sua ereção canónica feita pelo Ordinário Diocesano aos serviços competentes do Estado e rege-se pelo Código do Direito Canónico e pela lei civil, simultaneamente, conforme o caso.

A sua atividade principal está definida pela CAE 86100 - Atividades dos Estabelecimentos de Saúde com Internamento, através do Hospital Narciso Ferreira, designação adotada em 1933. Tem como atividades secundárias, a Educação Pré-Escolar (CAE 85100) e Atividades de Cuidados para Crianças sem Alojamento (CAE 88910). Atividades de Cuidados de Enfermagem em Estruturas Residências (CAE 87100), Produção de Eletricidade de Origem Solar (CAE 35123), Outras Atividade Auxiliares dos Transportes Terrestres (CAE 52213), Cafés (CAE 56301), Formação Profissional (85591).

A SCM Riba D´Ave exerce a sua ação, no campo social, através da prática das 14 Obras de Misericórdia, tanto espirituais como corporais, mantendo, no plano especificamente religioso, o culto divino na sua Igreja.

Compete-lhe, nomeadamente:

- Manter as obras sociais existentes e promover o seu desenvolvimento;
- Cooperar com quaisquer entidades públicas ou privadas na satisfação de carências sociais, materiais ou morais, da população;
- Conservar, valorizar e divulgar o seu património com valor histórico e artístico;
- Gerir o seu valor social, segundo critérios de eficiência e sustentabilidade.

Os Corpos Sociais da SCM Riba D´Ave são a **Assembleia Geral**, a **Mesa Administrativa** e o **Definitório**, sendo os seus elementos eleitos em lista completa pelo período de quatro anos civis, podendo eventualmente ser reeleitos.

A **Assembleia Geral** é composta pela reunião de irmãos inscritos no pleno gozo dos seus direitos.

A **Mesa Administrativa** é constituída por um Provedor, um Vice-Provedor, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal.

O **Definitório** é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, competindo-lhe, nomeadamente, exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Instituição, sempre que tal se julgar conveniente.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais e compreendem o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Os membros da Mesa Administrativa, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da entidade.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Mesa Administrativa entende que a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins. Nesta conformidade, as demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

##### 3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas "Outros ativos correntes", "Outros passivos correntes" e "Diferimentos".

##### 3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

##### 3.1.4. Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para

Mut  
18  
Koccew  
95  
P.1

justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

## 3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

### 3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecido, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

### 3.2.2. Ativos intangíveis

Os "Ativos intangíveis" encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada de 3 anos

### 3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

#### 3.2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Clientes e Outros ativos correntes

Os “Clientes” e as “Outros ativos correntes” encontram-se reconhecidas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são reconhecidas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente e nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

#### Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Just  
da  
da  
da  
99.

### Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas reconhecidas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.5. Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.6. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

### 3.2.7. Financiamentos obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo obtidos*” encontram-se reconhecidos, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos financeiros*” de “*Empréstimos obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os “*Encargos financeiros*” não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

### 3.2.8. Locações

Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.~

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “*Substância sobre a forma*”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos fixos tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são reconhecidos pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime de Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

### 3.2.9. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 20% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2022 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.2.10. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Mesa Administrativa. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

### 3.2.11. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios e outros apoios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis estão reconhecidos na rubrica "Outras variações no capital próprio" do Capital próprio, líquidos do montante de imposto a pagar (conforme previsto na nota de enquadramento da conta "593 Subsídios"), e: - quando relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, são imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem; - quando relativos a ativos fixos tangíveis não depreciables, mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e reconhecidos, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

### 3.2.12. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

Mut  
+  
Saco  
+  
fl.

### 3.2.13. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Mesa Administrativa foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

### 3.2.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

#### 4. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-01-2024	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Saldo em 31-12-2024
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	4 390 471,36	-	-	4 390 471,36
Edifícios e outras construções	33 592 547,06	18 191 846,29	(18 094 884,99)	33 689 508,36
Equipamento básico	12 074 165,85	435 588,68	(166 652,51)	12 343 102,02
Equipamento de transporte	83 186,03	50 896,95	-	134 082,98
Equipamento administrativo	1 980 549,95	12 843,81	-	1 993 393,76
Outros ativos fixos tangíveis	1 248 425,82	19 187,20	-	1 267 613,02
<b>Total</b>	<b>53 369 346,07</b>	<b>18 710 362,93</b>	<b>(18 261 537,50)</b>	<b>53 818 171,50</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Edifícios e outras construções	7 776 674,54	-	1 477 768,70	9 254 443,24
Equipamento básico	9 452 667,58	(157 058,51)	608 293,57	9 903 902,64
Equipamento de transporte	78 346,74	-	13 418,93	91 765,67
Equipamento administrativo	1 587 106,06	-	135 252,88	1 722 358,94
Outros ativos fixos tangíveis	893 164,49	-	87 117,24	980 281,73
<b>Total</b>	<b>19 787 959,41</b>	<b>(157 058,51)</b>	<b>2 321 851,32</b>	<b>21 952 752,22</b>
<b>Quantia escriturada</b>				<b>31 865 419,28</b>

Descrição	Saldo em 01-01-2025	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Saldo em 31-12-2025
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	4 390 471,36	-	-	4 390 471,36
Edifícios e outras construções	33 689 508,36	-	-	33 689 508,36
Equipamento básico	12 343 102,02	477 874,70	(332 325,60)	12 488 651,12
Equipamento de transporte	134 082,98	104 080,28	-	238 163,26
Equipamento administrativo	1 993 393,76	8 776,40	(152 242,70)	1 849 927,46
Outros ativos fixos tangíveis	1 267 613,02	20 593,09	-	1 288 206,11
<b>Total</b>	<b>53 818 171,50</b>	<b>611 324,47</b>	<b>(484 568,30)</b>	<b>53 944 927,67</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Edifícios e outras construções	9 254 443,24	-	1 479 679,31	10 734 122,55
Equipamento básico	9 903 902,64	(297 551,98)	645 519,09	10 251 869,75
Equipamento de transporte	91 765,67	-	14 534,72	106 300,39
Equipamento administrativo	1 722 358,94	(154 329,08)	116 145,77	1 684 175,63
Outros ativos fixos tangíveis	980 281,73	-	81 734,28	1 062 016,01
<b>Total</b>	<b>21 952 752,22</b>	<b>(451 881,06)</b>	<b>2 337 613,17</b>	<b>23 838 484,33</b>
<b>Quantia escriturada</b>				<b>30 106 443,34</b>

No âmbito do Proc. n.º 663/24.1BEBRG (Nota 28) a Entidade prestou como garantia (Nota 29) o imóvel rústico com a inscrição matricial n.º 425, o imóvel com a inscrição matricial n.º 1591, o imóvel com a inscrição matricial n.º 701, todos sítos na freguesia de Riba D'Ave, e um equipamento de ressonância magnética.

*Just*  
*Carneiro*  
*de*  
*FE*

*MNT*  
*W. C. C.*  
*JP*  
*R.P.*

## 5. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as aquisições, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-01-2024	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-12-2024
<b>Custo</b>			
Programas de computador	1 998,75	27 941,91	29 940,66
<b>Total</b>	<b>1 998,75</b>	<b>27 941,91</b>	<b>29 940,66</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Programas de computador	111,03	6 173,53	6 284,56
<b>Total</b>	<b>111,03</b>	<b>6 173,53</b>	<b>6 284,56</b>
<b>Quantia escriturada</b>			<b>23 656,10</b>

Descrição	Saldo em 01-01-2025	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-12-2025
<b>Custo</b>			
Programas de computador	29 940,66	-	29 940,66
<b>Total</b>	<b>29 940,66</b>	<b>-</b>	<b>29 940,66</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>			
Programas de computador	6 284,56	9 979,22	16 263,78
<b>Total</b>	<b>6 284,56</b>	<b>9 979,22</b>	<b>16 263,78</b>
<b>Quantia escriturada</b>			<b>13 676,88</b>

## 6. Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica "Investimentos financeiros" tinha a seguinte composição:

Descrição	Saldo em 01-01-2025	Aumentos	Diminuições	Justo Valor	Saldo em 31-12-2025
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	-	-	-	-	-
Fundo de Compensação	39 445,45	757,76	(757,76)	757,76	40 203,21
<b>Total</b>	<b>39 445,45</b>	<b>757,76</b>	<b>(757,76)</b>	<b>757,76</b>	<b>40 203,21</b>

Descrição	Saldo em 01-01-2024	Aumentos	Diminuições	Justo Valor	Saldo em 31-12-2024
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	410,73	-	(410,73)	-	-
Fundo de Compensação	87 074,70	3 070,95	(53 771,15)	3 070,95	39 445,45
<b>Total</b>	<b>87 485,43</b>	<b>3 070,95</b>	<b>(54 181,88)</b>	<b>3 070,95</b>	<b>39 445,45</b>

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013. No entanto, a Lei n.º 13/2023, de 3 de

abril suspendeu os fundos de compensação, desde abril de 2023. A entidade empregadora é responsável pelo pagamento aos seus trabalhadores da totalidade da compensação que estes tenham direito na sequência da cessação do respetivo contrato de trabalho. Neste contexto, é de esperar que, despedido o trabalhador, o empregador lhe pague a aquele valor. Este regime visa dar resposta às situações que não decorrem conforme previsto, ou seja, quando o empregador não paga, total ou parcialmente, ao trabalhador que despediu a compensação a que este tem direito. Ao obrigar a entidade empregadora a constituir uma poupança específica para o pagamento das compensações a que os seus trabalhadores tenham direito em caso de despedimento e ao criar um mecanismo que assegura a cobertura do remanescente até perfazer 50% daquele montante, garante-se que o trabalhador despedido receberá, sempre, pelo menos metade do valor a que tem direito. A garantia que este novo regime assegura não poderá ser acionada caso o empregador pague ao trabalhador um valor maior ou igual a 50% da compensação a que este tenha direito. As entregas a efetuar pelas entidades empregadoras ao FCT correspondem a 0,925% da retribuição base e diuturnidades por cada trabalhador abrangido. No entanto, na Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, suspendeu os fundos de compensação desde abril de 2023.

O Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, cria e estabelece o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS). O FRSS destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

## 7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 as rubricas "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" e "Inventários" e apresentavam os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-01-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventário em 31-12-2024
Mercadorias	24 743,30	-	11 181,55	13 824,21	22 100,64
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	328 987,50	2 993 755,47	(12 073,81)	3 006 310,71	304 358,45
<b>Total</b>	<b>353 730,80</b>	<b>2 993 755,47</b>	<b>(892,26)</b>	<b>3 020 134,92</b>	<b>326 459,09</b>

Descrição	Inventário em 01-01-2025	Compras	Reclassificações e regularizações	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventário em 31-12-2025
Mercadorias	22 100,64	23 112,44	11 333,24	20 976,55	35 569,77
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	304 358,45	3 236 095,20	(12 172,57)	3 257 592,24	270 688,84
<b>Total</b>	<b>326 459,09</b>	<b>3 259 207,64</b>	<b>(839,33)</b>	<b>3 278 568,79</b>	<b>306 258,61</b>

## 8. Créditos a Receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>6 477 857,43</b>	<b>5 657 271,92</b>
Clientes	6 477 857,43	5 657 271,92
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	<b>(14 485,76)</b>	<b>(14 485,76)</b>
Clientes	(14 485,76)	(14 485,76)
<b>Total</b>	<b>6 463 371,67</b>	<b>5 642 786,16</b>

## 9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	12 991,76	13 553,02
<b>Total</b>	<b>12 991,76</b>	<b>13 553,02</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 647,14	5 347,01
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	150 981,06	116 488,30
Segurança Social	385 287,28	349 347,47
<b>Total</b>	<b>539 915,48</b>	<b>471 182,78</b>

## 10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	64 114,23	4 747,81
Outros	16 165,17	973,30
<b>Total</b>	<b>80 279,40</b>	<b>5 721,11</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
IEFP-Estagios profissionais	2 459,82	2 988,26
Projeto INNO4LIVE	24 505,32	61 263,28
Projeto TESTBEDS	-	9 440,62
Projeto DEDUC/ERASMUS +	8 834,00	26 502,00
Programa DQI/Pessoas 2030	2 145,80	2 145,80
<b>Total</b>	<b>37 944,94</b>	<b>102 339,96</b>

## 11. Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Adiantamentos ao pessoal	2 450,00	6 862,31
Devedores por acréscimos de rendimentos	3 932 185,26	2 957 045,63
Rappel	-	40 572,29
Faturas CTH	2 054 681,57	1 670 941,17
Faturas UCC/SIGIC	343 207,64	925 656,93
Faturas SIGIC 2025	992 858,78	
Outros	541 437,27	319 875,24
Outros devedores	2 441 717,16	659 329,98
Subsídios ao investimento	1 761 391,45	-
IGFEJ - Depósito de caução	334 000,00	334 000,00
Subsídios à exploração	179 963,90	194 679,94
Outros devedores	166 361,81	130 650,04
Perdas por Imparidade	-	-

## 12. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e de 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Caixa	8 240,20	11 796,95
Depósitos à ordem	1 119 975,19	831 937,46
<b>Total</b>	<b>1 128 215,39</b>	<b>843 734,41</b>

### 13. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-01-2024	Aumentos / Diminuições	Saldo em 01-01-2025	Aumentos / Diminuições	Saldo em 31-12-2025
Fundos	4 073 354,35	-	4 073 354,35	-	4 073 354,35
Resultados transitados	16 332 237,25	29 854,04	16 362 091,29	43 027,35	16 405 118,64
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	1 092 395,46	(31 421,37)	1 060 974,09	2 145 695,72	3 206 669,81
Resultado líquido do período	114 247,23	375 711,74	489 958,97	(329 025,41)	160 933,56
<b>Total</b>	<b>21 612 234,29</b>	<b>374 144,41</b>	<b>21 986 378,70</b>	<b>1 859 697,66</b>	<b>23 846 076,36</b>

A variação negativa verificada nos Resultados Transitados em 2025, no montante de 446.931,62 €, resulta dos seguintes ajustamentos:

Por um lado, foi reconhecido o acerto de vencimentos referente ao período de 2008 a 2023, decorrente de sentença judicial, tendo o respetivo reconhecimento contabilístico sido efetuado de acordo com parecer da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), no valor de 188.200,59€

Por outro lado, procedeu-se ao desreconhecimento de saldos de clientes, nomeadamente ARS Porto, ARS Vila Real e ARS Braga, relativamente aos quais se concluiu não existir expectativa de recebimento, no valor de 273.357,56€.

Adicionalmente, foi também efetuado o desreconhecimento do subsídio ao investimento associado ao Programa MAREESS, em virtude de se ter concluído que o mesmo não virá a ser recebido, no valor de 29.774,76€.

### 14. Ajustamentos/Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

Saldo desta rubrica, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-01-2024	Aumentos / Diminuições	Saldo em 01-01-2025	Aumentos / Diminuições	Saldo em 31-12-2025
Subsídios ao investimento	1 056 262,58	(31 421,37)	1 024 841,21	2 145 695,72	3 170 536,93
Doações	36 132,88	-	36 132,88	-	36 132,88
<b>Total</b>	<b>1 092 395,46</b>	<b>(31 421,37)</b>	<b>1 060 974,09</b>	<b>2 145 695,72</b>	<b>3 206 669,81</b>

### 15. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi o seguinte:

Descrição	31-12-2024	Aumentos	Diminuições	31-12-2025
Processos judiciais em curso	334 000,00	-	-	334 000,00
<b>Total</b>	<b>334 000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>334 000,00</b>



Aut  
 J. P.  
 J. P.  
 J. P.

## 18. Outros Passivos Correntes

A rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
	Corrente	Corrente
<b>Outras dívidas a pagar</b>		
Fornecedores de Investimentos	225 801,75	456 639,69
Credores por acréscimos de gastos	2 358 279,04	2 560 651,75
Estimativa de férias	1 543 517,18	1 330 926,24
Centro Infantil - Segurança Social	-	299 752,96
Sociedades Médicas	784 173,07	810 001,65
Outros acréscimos de gastos	30 588,79	119 970,90
Honorários	370 744,53	412 288,33
Outros credores	54 615,65	49 124,10
<b>Total</b>	<b>3 009 440,97</b>	<b>3 478 703,87</b>

## 19. Vendas e Serviços Prestados

Para os períodos de 2025 e de 2024 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas" e "Serviços Prestados:"

### Vendas

Descrição	2025	2024
Mercaçorias	31 797,97	14 111,88
Materials de consumo	841,67	6 407,00
<b>Total</b>	<b>32 639,64</b>	<b>20 518,88</b>

### Serviços prestados

Descrição	2025	2024
Quotas dos utilizadores	192 991,09	213 536,80
Quotas e Jóias	2 038,02	1 425,00
U.I.C.C.	4 011 971,85	4 168 262,37
Internamento, Consultas, Urgências	18 711 641,84	17 681 731,18
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêut	1 802 089,18	1 593 150,76
C.R.S.S. Braga	1 611 515,14	994 943,82
Assistência Social	61 947,48	227 840,45
<b>Total</b>	<b>26 394 194,60</b>	<b>24 880 890,38</b>

## 20. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Em 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	29 587,16	26 489,60
Subsídios de outras entidades	63 866,58	77 127,18
Doações e heranças	3 700,00	-
<b>Total</b>	<b>97 153,74</b>	<b>103 616,78</b>

## 21. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	4 411 671,72	4 284 850,08
Serviços especializados	4 235 286,61	3 856 058,90
Materiais	86 889,69	71 606,38
Energia e fluidos	794 095,27	678 966,78
Deslocações, estadas e transportes	8 694,40	12 849,75
Serviços diversos (*)	53 431,48	46 468,53
Rendas e alugueres	85 442,14	41 646,17
Comunicação	60 369,54	56 287,95
Seguros	20 950,23	105 920,68
<b>Total</b>	<b>9 756 831,08</b>	<b>9 154 655,22</b>

## 22. Gastos Com o Pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2025 e de 2024 foram "11", em ambos os anos.

Os órgãos sociais usufruem as seguintes remunerações:

- Provedor: quatro vezes o valor do IAS.
- Os outros órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2025 foi de 488 e em 2024 foi de 461.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos órgãos sociais	30 430,30	29 698,26
Remunerações ao pessoal	8 910 915,08	8 058 264,19
Encargos sobre as remunerações	1 797 584,57	1 640 516,49
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	79 274,13	102 338,04
Outros gastos com o pessoal	47 502,77	27 854,94
<b>Total</b>	<b>10 865 706,85</b>	<b>9 858 671,92</b>

## 23. Aumentos/Reduções de Justo Valor

Nos períodos de 2025 e 2024 os aumentos / reduções de justo valor foram os seguintes:

Descrição	2025			2024		
	Aumento	Redução	Total	Aumento	Redução	Total
Em investimentos financeiros	757,76	-	757,76	3 070,95	-	3 070,95
<b>Total</b>	<b>757,76</b>	<b>-</b>	<b>757,76</b>	<b>3 070,95</b>	<b>-</b>	<b>3 070,95</b>

## 24. Outros Rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos suplementares	184 227,09	145 025,45
Descontos de pronto pagamento obtidos	11 825,14	11 039,12
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	13 400,00
Outros rendimentos	299 811,16	162 326,66
Imputação subsídios ao investimento	173 837,63	39 421,37
Donativos	4 498,28	11 597,13
Outros	121 475,25	111 308,16
<b>Total</b>	<b>495 863,39</b>	<b>331 791,23</b>

## 25. Outros Gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	13 808,74	15 306,32
Descontos de pronto pagamento concedidos	900,78	1 109,24
Dívidas incobráveis	1 026,69	501,15
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	6 135,64	-
Outros gastos(*)	353 720,86	102 054,98
Correções relativas a períodos anteriores	298 780,13	63 363,29
Acertos De C/C	34 655,50	24 470,84
Facturas de anos anteriores	138 409,77	35 733,80
Retroativos de gastos com o pessoal	114 945,80	-

## 26. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e de 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	235 391,41	368 970,94
Outros gastos e perdas de financiamento	-	499,71
<b>Total</b>	<b>235 391,41</b>	<b>369 470,65</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	7,66	-
<b>Total</b>	<b>7,66</b>	<b>-</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(235 383,75)</b>	<b>(369 470,65)</b>

## 27. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art.º 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2025 foi de 8.856,00 euros (IVA incluído) e 2024 foi de 5.904,00 euros (IVA incluído) em cada um dos períodos, referentes unicamente a serviços de revisão legal de contas.

## 28. Passivos Contingentes

1. Processos n.º 1362/20.9BEBRG, n.º 954/22.6BEBRG, n.º 3904/25.4T8GMR: processos em que a SCMRA deverá ser absolvida (> 50%) e a eventual condenação não terá grandes repercussões financeiras, pois o risco está coberto pelo seguro de responsabilidade civil (seguradora foi chamada ao processo).
2. Processo n.º 2929/25.4T9VNF: processo em que a SCMRA deverá ser absolvida (> 50%) e a eventual condenação não terá grandes repercussões financeiras (valor inferior a 900 euros).
3. Processo n.º 3928/20.8T8BRG: o autor reclama um pedido de indemnização por invocar que surgiu uma infeção no pós-operatório que poderá ter sido a causa do impedimento de continuar a exercer a sua profissão. A probabilidade da SCM Riba D´Ave ser absolvida é elevada, devido a que foram cumpridos todos os procedimentos e meios necessários e adequados à prevenção e combate de infeções nas suas instalações. Ou seja, o surgimento de uma infeção ocorreu no pós-operatório e já depois do utente ter alta hospitalar e como tal não decorreu de nenhum facto ilícito culposos, tendo, portanto, o hospital atuado com o grau de diligência exigível segundo os adequados padrões impostos. A posição da SCM Riba D´Ave tem cobertura jurisprudencial, nomeadamente no Acórdão do Processo n.º 558/11.9TBCBR.C1 de 28 de novembro de 2018. Devido à referida jurisprudência e à probabilidade de insucesso ser inferior a 50%, não foi constituída provisão e divulgamos este processo como passivo contingente.
4. Proc. n.º 663/24.1BEBRG: DESCRIÇÃO DO LITÍGIO: no passado dia 2 de abril de 2024 foi submetida uma impugnação no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga para apreciação da legalidade dos atos tributários de liquidação adicional em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), e correspondentes juros compensatórios, referentes aos períodos de tributação de 2019 a 2022 no valor global de 2.692.759,70 € (dois milhões seiscentos e noventa e dois mil setecentos e cinquenta e nove euros e setenta cêntimos).

A liquidação adicional de IVA foi emitida no seguimento de Inspeções Tributárias efetuadas aos períodos de 2019 a 2022. A Autoridade Tributária veio a considerar que o IVA autoliquidado pela

IRMANDADE à taxa de 6% no âmbito da construção de um hospital, liquidado à taxa mínima uma vez que esta obra se encontrava enquadrada na reabilitação urbana, deveria ter sido liquidada à taxa normal de 23%, uma vez que apesar de se encontrar numa ARU, não estava abrangida por nenhuma ORU.

No seguimento das liquidações, cujas datas finais para pagamento voluntário terminavam no dia 26-12-2023, a IRMANDADE não procedeu ao pagamento atempado das quantias versadas nas mesmas. A falta de pagamento espoletou ações executivas que, entretanto, foram suspensas, mediante prestação de garantias à Autoridade Tributária. Os processos executivos ficarão suspensos até ao término do processo judicial de impugnação das liquidações.

No passado dia 2 de abril de 2024, deu entrada da impugnação no TAF de Braga. Desde então, a AT apresentou a sua contestação e a IRMANDADE, nesse seguimento apresentou a sua resposta às exceções invocadas pela AT. Neste momento, corre termos, estando ainda em fase de articulados.

É entendimento dos nossos especialistas jurídicos que *“existe uma hipótese elevada do pedido ser considerado procedente tendo em conta as matérias por nós alegadas e a jurisprudência em processos semelhantes. Entendemos que existe uma forte possibilidade da nossa Constituinte recuperar os montantes pagos, se não na totalidade, pelo menos a título parcial. Probabilidade de sucesso: >80%”*.

## 29. Garantias

No âmbito do Proc. n.º 663/24.1BEBRG, a Entidade prestou como garantia imóveis (2.353.270,10 euros) e um equipamento de ressonância magnética (840.000 euros), os quais perfazem um valor superior.

## 30. Impacto dos Conflitos Armados nas Demonstrações Financeiras

O cenário geopolítico mundial encontra-se permeado de incertezas, sendo a Guerra na Ucrânia, o conflito Israelo-Palestiniano e a intervenção militar dos USA no Irão os principais catalisadores. Até o momento, não se vislumbram perspetivas de resolução destes prolongados conflitos. Devido à complexa história da região, diversas potências mundiais estão a tomar posições opostas, gerando um cenário de considerável incerteza não apenas na economia daquela região, mas também nas relações diplomáticas entre vários países, incluindo os Estados-membros da União Europeia.

Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da entidade em 2025, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que

os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da entidade, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025.

### 31. Acontecimentos Após Data de Balanço

Após a data de fecho do período, verificaram-se fenómenos meteorológicos adversos de natureza excepcional, suscetíveis de gerar impactos económicos e operacionais em determinados setores da economia. Atendendo à proximidade temporal desses acontecimentos e à incerteza associada à sua evolução, não foi possível, à data, quantificar de forma fiável os seus eventuais efeitos, quer positivos quer negativos, na atividade futura da Entidade. Não obstante, com base na análise efetuada até à presente data, a Mesa Administrativa considera que não existem indícios de impactos materiais que justifiquem ajustamentos às demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se verificaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

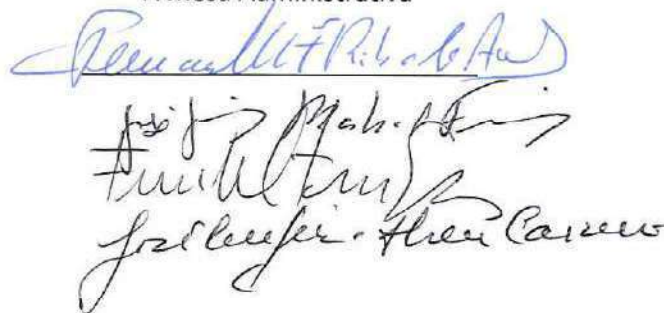
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 12 de março de 2026.

Riba D´Ave, 12 de março de 2026

O Contabilista Certificado, n.º 9602



A Mesa Administrativa





# Certificação Legal de Contas





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 44.527.792,68 euros e um total de fundos patrimoniais de 23.846.076,36 euros, incluindo um resultado líquido do período de 160.933,56 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas -, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Não obstante termos efetuado a confirmação externa de saldos de clientes da Entidade e esta ter efetuado diligências junto dos terceiros selecionados para a obtenção das respetivas respostas, os resultados obtidos não se mostraram satisfatórios, nem mesmo após a realização de procedimentos alternativos. Face ao exposto, não estamos em condições de expressar, e não expressamos, uma opinião quanto à extensão do saldo da rubrica “Clientes” do balanço em 31 de dezembro de 2025.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### ÊNFASES

O ponto 4 da nota 28 do Anexo descreve a incerteza relacionada com contencioso tributário, no valor de 2.692.759,70 euros, relativo a liquidações de IVA de períodos anteriores. Com base no parecer dos consultores jurídicos da Entidade, que consideram existir uma hipótese elevada do desfecho vir a ser favorável à Entidade, não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras no período findo em 31 de dezembro de 2025.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subsequentes subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do “Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras”, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 26 de março de 2026.



Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC  
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459  
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC  
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

# Parecer do Definitório

---







## PARECER DO DEFINITÓRIO

O Definitório da SCM Ribadave vem emitir Parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas, apresentado pela Mesa Administrativa, relativo ao exercício de 2025, conforme passa a expor.

Durante o ano de 2025, manteve-se e até se agravou perigosamente o quadro de conflitualidade internacional com impactos muito negativos ao nível político, económico e social, para os países e necessariamente para Portugal, o que condiciona muito a vida das pessoas, dos agentes económicos e das instituições em geral ao longo do ano, factos que devem merecer a maior atenção de todos nós.

Pela análise das contas, é de salientar que, não obstante as pressões inflacionistas que se têm feito sentir nos últimos anos, traduzidos no aumento generalizado dos preços dos produtos e dos salários, a SCMRA tem conseguido, à custa de muito engenho, manter a capacidade de gerar meios libertos. Na verdade, o rácio entre os meios libertos e o rendimento total tem-se mantido, nos últimos anos, em níveis próximos dos 9%. Porém, tudo indica que a manutenção destes rácios será cada vez mais difícil por duas razões que estão interligadas e se prendem, por um lado, com a grande dependência da SCMRA relativamente aos acordos que mantém com o Estado e, por outro lado, a resistência deste em aceitar as necessárias atualizações de preços. É, por isso, recomendação insistente do Definitório que se aposte decididamente no estudo e promoção de formas alternativas de aumentar a margem operacional com vista ao integral cumprimento dos objetivos sociais da instituição.

O Definitório salienta também que, por observação das contas, vê um aumento substancial na rubrica "Dívidas de Terceiros" que atinge um valor recorde de 48%, o que significa que quase metade dos rendimentos da SCMRA se encontram ainda por receber, o que provoca recurso a contas correntes caucionadas reduzindo a margem operacional e a capacidade de gerar meios libertos.

Reparou ainda o Definitório que continua muito alta a pressão sobre os recursos humanos. Na verdade, a SCMRA viu sair da instituição, no curto espaço de um ano, cerca de 12,9% dos colaboradores, por iniciativa própria, com todas as consequências

negativas daí decorrentes. Recomenda, por isso, que se promovam medidas que conduzam à fidelização dos recursos humanos existentes, não só para que se evite a sua saída para outras instituições, mas também para evitar absentismos (bastante elevados, como vem referido no RAC). Tanto os absentismos como os novos recrutamentos têm um custo importante para a SCMRA pelos reflexos negativos que geram na operacionalidade dos serviços prestados. Reconhece, no entanto, o Definitório, pela leitura do documento em apreciação, que estão a ser tomadas medidas no seio da Instituição que visam minorar estes inconvenientes, tais como a avaliação contínua da satisfação dos quadros e a formação profissional.

Finalmente, o Definitório congratula-se por ver uma excelente captação de recursos financeiros, através do Departamento de Investigação, Formação e Qualidade da SCMRA, pela implementação dos programas TestBed, Inov4life, DEDUC e EXOCARE.

Regista-se a capacidade de resiliência da Comissão Executiva e da Mesa Administrativa nestes tempos tão difíceis e incertos que estamos a atravessar.

Pelo exposto, e com base nas informações prestadas ao Definitório pela Mesa Administrativa, no decurso do ano, com o conforto da informação constante da Certificação Legal de Contas feita por Mário da Cunha Guimarães, ROC n.º 1159, em representação de Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC n.º 148, o Definitório deliberou emitir o seguinte

#### **PARECER**

1. Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas da Mesa Administrativa relativo ao exercício de 2025;
2. Que seja aprovado um voto de louvor à Mesa Administrativa e à Comissão Executiva da SCMRA, bem como a todos os trabalhadores e demais colaboradores desta Instituição, que exerceram, com empenho e dedicação, as suas funções ao longo do exercício.

Riba D´Ave, 27 de Março de 2026

o Definitório,  
